

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

JACQUELINE MASCARENHAS CERCAL

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA
PERSPECTIVA DA PROMOÇÃO DA SAÚDE**

CURITIBA

2017

JACQUELINE MASCARENHAS CERCAL

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA
PERSPECTIVA DA PROMOÇÃO DA SAÚDE**

Texto elaborado para a Defesa da
Dissertação, do Programa de Pós-
Graduação em Educação, Linha de Práticas
Pedagógicas – Elementos Articuladores, da
Universidade Tuiuti do Paraná.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Iêda Viana

CURITIBA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na
fonte Biblioteca "Sydney Antonio Rangel
Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

C412 Cercal, Jacqueline Mascarenhas.

As práticas pedagógicas de educação física na perspectiva
da promoção da saúde / Jacqueline Mascarenhas Cercal;
orientadora Prof^a Dra. Iêda Viana.

105f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná,
Curitiba, 2017.

1. Educação física. 2. Saúde. 3. Cultura corporal.

I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Educação/ Mestrado em Educação. II. Título.

CDD – 613

TERMO DE APROVAÇÃO

JACQUELINE MASCARENHAS CERCAL

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERSPECTIVA DA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

Curitiba, 28 de abril de 2017.

Profa. Dra. Maria Antônia de Souza

Coordenadora do Programa de Pós Graduação, Mestrado em Educação

Universidade Tuiuti do Paraná.

Orientadora:

Profa. Dra. Iêda Viana

Universidade Tuiuti do Paraná

Programa de Pós Graduação, Mestrado em Educação

Membros da Banca:

Prof. Dr. Emerson Luiz Velozo

UNICENTRO

Profa. Dra. Ariclê Vechia

Universidade Tuiuti do Paraná

AGRADECIMENTOS

Aos Professores do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, pelo conhecimento compartilhado.

A minha orientadora Profa. Dra. Iêda Viana (UTP) pelo carinho com que me conduziu até a conclusão do nosso trabalho.

Aos Professores Doutores da Banca Ariclê Vechia (UTP) e Emerson Velozo (UNICENTRO) pelas valiosas contribuições.

A colega Professora Mestre Marcia Razeira (UTP), pelo companheirismo e amizade.

À Direção, Coordenação, Professores de Educação Física da Escola em que se realizou o trabalho de campo.

Ao meu marido e companheiro Paulo Braga que mesmo privado da minha presença, acreditou e apoiou o meu sonho.

Ao meu filho Pedro Mascarenhas Cercal Braga que esteve ao meu lado sempre me incentivando.

Ao meu irmão Raul Braulio Cercal Jr pelo apoio e incentivo.

E, a Deus que me permitiu realizar mais este sonho.

Dedico esta dissertação à minha mãe Izabel Davina Mascarenhas Cercal, que abdicou do seu sonho de se tornar uma médica para se dedicar a cuidar da nossa família.

RESUMO

Esta pesquisa busca investigar as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física, de primeira à quarta série do Ensino Fundamental, em uma escola selecionada na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, analisadas especialmente na perspectiva da saúde. A pesquisa surgiu da necessidade em destacar a importância deste tema principalmente com o Ciclo I, do Ensino Fundamental. Por fim, o desejo de que os atores da pesquisa venham a refletir a respeito de suas práticas pedagógicas, a fim de que os mesmos identifiquem finalidades para as aulas de Educação Física, além da dimensão motora. O objetivo principal desta pesquisa foi analisar as práticas pedagógicas no contexto da cultura corporal e a sua relação com a saúde. Os objetivos específicos foram: (1) registrar um breve histórico da disciplina de Educação Física no contexto escolar e as suas abordagens pedagógicas; (2) analisar as abordagens pedagógicas da Educação Física e sua relação com a saúde nos documentos oficiais; (3) examinar as práticas pedagógicas da escola pública selecionada. A metodologia da pesquisa é na perspectiva de abordagem qualitativa, utilizando como técnicas para a coleta de informações as entrevistas semiestruturadas, a observação e a pesquisa documental. Para a interpretação das informações, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo, conforme Bardin (1977). Como referencial teórico o trabalho fundamenta-se em: Darido (2001/2003), Coletivo de Autores (2012), Carvalho, (2001), Franco (2015), Zabala (1998/1999) entre outros.

Palavras-chave: Educação física, Saúde, Cultura corporal.

RESUMEN

Este estudio busca investigar las prácticas pedagógicas de los profesores de Educación Física, de primer a cuarto grado de enseñanza fundamental, en una escuela seleccionada en El Sector Municipal de Enseñanza en Curitiba, analizadas especialmente en El campo de la salud. El trabajo surgió de la necesidad en destacar la importancia de este tema principalmente con el Ciclo I, de Enseñanza Fundamental. Por fin, el deseo de que los actores de la investigación reflexionan con respecto a sus prácticas, con el fin de que los presentes identifiquen finalidades para las clases de Educación Física, más allá de la dimensión motora. El objetivo principal de este estudio fue analizar las practicas pedagógicas en el contexto de la cultura corporal y su relación con la salud. Los objetivos específicos son los siguientes: (1) registrar un breve histórico de la disciplina de Educación Física en el contexto escolar y sus abordajes pedagógicos; (2) analizar los abordajes pedagógicos de la Educación Física y su relación con la salud en los documentos oficiales; (3) examinar las prácticas pedagógicas de la escuela pública seleccionada. La metodología del estudio se enfoca en la perspectiva del abordaje cualitativo, utilizando como técnicas para la colección de informaciones en las entrevistas semiestructuradas, la observación y el estudio documental. Para la interpretación de informaciones, fue utilizada la metodología de análisis de contenido, conforme Bardin (1977). Como referencia teórica y trabajo fundamentado en: Darido (2001/2003), Coletivo de Autores (2012), Carvalho, (2001), Franco (2015), Zabala (1998/1999) entre otros.

Palabras claves: Educación Física, salud, Cultura Corporal.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - A ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL.....	70
FIGURA 2 - ALONGAMENTO.....	78
FIGURA 3 - CIRCUITO MOTOR.....	79
FIGURA 4 - DANÇA JUNINA.....	80
FIGURA 5 - DANÇA.....	80
FIGURA 6 - JOGO INTELECTIVO (XADREZ).....	81
FIGURA 7 - LUTA (CAPOEIRA).....	82
FIGURA 8 - FUTEBOL.....	83
FIGURA 9 - BRINCADEIRA.....	83
FIGURA 10 - DIVERSSIDADE.....	91
FIGURA 11 - VIVÊNCIA DA DIVERSSIDADE.....	91
FIGURA 12 - PLANTIO DE HORTALIÇAS.....	93
FIGURA 13 - MANIPULAÇÃO E FABRICAÇÃO DE SANDUÍCHES.....	94
FIGURA 14 - SANDUÍCHES.....	94
FIGURA 15 - FEIRA ORGÂNICA	94

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	CARACTERÍSTICAS DAS ABORDAGENS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DESENVOLVIMENTISTA, CONSTRUTIVISTA, CRÍTICO-SUPERADORA, SISTÊMICA	32
QUADRO 2 –	CARACTERÍSTICAS DAS ABORDAGENS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: CRÍTICO-EMANCIPADORA, CULTURAL, JOGOS COOPERATIVOS, SAÚDE RENOVADA, E BASEADA NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS	33
QUADRO 3 –	OBJETIVOS, CONTEÚDOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O CICLO I DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CURITIBA	53
QUADRO 4 –	CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	67
QUADRO 5 –	PERFIL PESSOAL DOS SUJEITOS.....	72

LISTA DE SIGLAS

DED – Departamento de Educação Física e Desportos.

SEED – Secretaria de Educação Física e Desportos.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais.

DCE – Diretrizes Curriculares Estaduais.

DCM – Diretrizes Curriculares Municipais.

PPP – Projeto Político Pedagógico.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

CEB – Câmara de Educação Básica.

DST – Doença Sexualmente Transmissível.

COI – Comitê Olímpico Internacional.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
2 SAÚDE UMA REFERÊNCIA HISTÓRICA DAS PRÁTICAS CORPORAIS .	17
2.1 DA PRÉ-HISTÓRIA À IDADE CONTEMPORÂNEA	18
2.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO ESCOLAR	23
2.3 ABORDAGENS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.....	30
2.4 ABORDAGEM CRÍTICO-SUPERADORA.....	35
3 A SAÚDE E A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS	37
3.1 A SAÚDE E A EDUCAÇÃO FÍSICA NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB).....	38
3.2 A SAÚDE E A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN).....	41
3.3 A SAÚDE E A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (DCN).....	46
3.4 A SAÚDE E A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS (DCE)	48
3.5 A SAÚDE E A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS DIRETRIZES CURRICULARES MUNICIPAIS (DCM)	51
3.6 A EDUCAÇÃO FÍSICA E O PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO ..	598
3.6.1 O Projeto Político Pedagógico (PPP)	609
3.6.2 A Educação Física no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal selecionada.....	632
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	643
4.1 ESTUDO EXPLORATÓRIO.....	654
4.2 COLETA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES EM CAMPO	676
4.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS APLICADAS	687
4.4 A ESCOLA PESQUISADA: A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESPAÇO ESCOLAR.....	698
5 A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	70
5.1 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE CURITIBA, CICLO I, DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	721

5.1.1 Perfil dos sujeitos.....	71
5.1.1.1 Concepção e Objetivos da Educação Física para os professores pesquisados.....	74
3	
5.1.2 Limites e possibilidades de uma prática pedagógica nas dimensões conceituais e atitudinais.....	776
5.1.3 Possibilidades para a realização de práticas pedagógicas inovadoras e bem sucedidas.....	942
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	101

1 INTRODUÇÃO

Os benefícios para a saúde proporcionado pelas práticas corporais são inúmeros. Contudo, na discussão acadêmica sobre as práticas corporais realizadas no ambiente escolar, a perspectiva da saúde é vista numa diversidade de abordagens que foram se transformando ao longo do tempo e, portanto, também, se modificando pela realização de tais práticas. Compreender estas transformações tornou-se fundamental na elaboração desta pesquisa.

De acordo com Ghiraldelli Júnior (1998), a Educação Física no Brasil apresenta diversas concepções, conforme as tendências históricas classificando-as dessa forma em: a Educação Física Higienista (até 1930); a Educação Física Militarista (1930 – 1945); a Educação Física Pedagogicista (1945 – 1964); a Educação Física Competitivistista (pós 1964); e, finalmente, a Educação Física Popular. Cada uma dessas abordagens se relacionam com a questão da saúde, segundo o mesmo autor, de forma diferenciada como veremos a seguir.

Na abordagem Higienista, a promoção da saúde está em primeiro plano, cabendo à Educação Física formar homens e mulheres sadios, disciplinando seus hábitos através das práticas corporais (ginástica, desportos), afastando-os de práticas que possam deteriorar a sua saúde e a da coletividade. Na abordagem Militarista, as práticas corporais visavam à promoção da saúde dos jovens, que eram treinados para o combate e para a obediência, em uma forma de disciplina exacerbada e excludente com aqueles não aptos fisicamente. As práticas corporais na concepção Pedagogicista, embora visassem à promoção da saúde e da disciplina, passaram a encarar a Educação Física como uma prática educativa. Com a abordagem Competitivistista, mantém-se o objetivo da promoção da saúde, por meio das práticas corporais, mas estas têm como fim o alto rendimento da aptidão física em função da competição e da superação individual, cultuando os atletas. Finalmente, a concepção da Educação Física Popular estabelece uma relação com a saúde, entendendo-a como dependente de determinantes econômicos, sociais e políticos, revelando sua fundamentação na Pedagogia Crítico-Social.

Sendo assim, segundo Ghiraldelli Filho (1998) é a partir dos anos 80 que surgem as primeiras discussões progressistas sobre os pressupostos e finalidades

da Educação Física escolar. E, de acordo com Darido (2003), deste debate surgem várias propostas de abordagens pedagógicas (Desenvolvimentista, Psicomotricidade, Construtivista, Saúde Renovada, Crítico-superadora, Crítico-emancipatória entre outras) cada uma apresentando características particulares, em busca da superação dos modelos anteriormente citados e em prol de uma “nova Educação Física”.

Esta pesquisa insere-se no campo das Ciências Sociais e Humanas, de onde emergem as teorias críticas, trazendo à reflexão o conhecimento de uma área da Educação Física denominada “cultura corporal” que, de acordo com o Coletivo de Autores:

Busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esportes, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas. (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p. 39)

A visão de Homem nessa concepção supera a visão deste apenas como um ser biológico, individualizado, como ocorria nas concepções que valorizavam mais a aptidão física, onde [...] “o conhecimento que se pretende que o aluno aprenda é o exercício das atividades corporais que lhe permitam atingir o máximo rendimento de sua capacidade física.” (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p. 37).

Na perspectiva da abordagem da “cultura corporal”, a saúde através das práticas corporais não é considerada de forma individual, mas pelo seu caráter social. Para Palma (2001), a necessidade de considerar os fatores sociais e ambientais como propulsores de saúde são fundamentais. Reafirmando, ainda, que: “[...] é preciso perceber que a realidade não é linear, mas antes dialética. Isto representa que o foco de atenção deve ser desviado do indivíduo para o coletivo.” (PALMA, 2001, p. 35).

Nessa abordagem, na visão da prática pedagógica da Educação Física, torna-se fundamental o desenvolvimento da noção de historicidade da cultura corporal, isto é:

[...] o conhecimento é tratado de forma a ser retrçado desde sua origem ou gênese, a fim de possibilitar ao aluno a visão de historicidade, permitindo-lhe compreender-se enquanto sujeito histórico, capaz de interferir nos rumos de sua vida privada e da atividade social sistematizada. (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p. 40-41)

Fundamentadas pela mesma perspectiva de abordagem pedagógica, as Diretrizes Curriculares Estaduais (2008) e Municipais (2006), no que se refere à Educação Física escolar, elegem o movimento como objeto de estudo da Educação Física, incorporando o conceito de “cultura corporal de movimento”, onde, “O corpo passa a ser visto como o lócus de inserção do homem na cultura”. (DICIONÁRIO CRÍTICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2014, p. 16)

Nesse contexto, definiu-se o objeto de estudo da pesquisa: as práticas pedagógicas e a saúde, nas aulas de Educação Física, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em uma Escola Pública da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. A escola foi selecionada a partir dos seguintes critérios: escola da rede municipal de ensino público de Curitiba, localizada num bairro periférico, que atende uma população de baixa renda, oferta atividades de Educação Física nas séries iniciais do Ensino Fundamental e autoriza a realização da pesquisa.

Assim, o argumento teórico que sustenta a investigação do objeto desta pesquisa se configura nas abordagens pedagógicas críticas e progressistas, embasadas na perspectiva da “cultura corporal e/ou cultura corporal de movimento”, que identifica o objeto de estudo do qual trata a Educação Física, como “[...] um processo de ruptura com a visão biologicista-mecanicista do corpo e do movimento situado de forma hegemônica [...]”, até os anos 80, início da crise epistemológica da Educação Física. (DICIONÁRIO CRÍTICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2014, p. 163)

Os autores que dão suporte teórico para as análises da pesquisa, portanto, além do COLETIVO DE AUTORES (2012), já citado, são: CARVALHO (2001), DARIDO (2001-2003), DAOLIO (1995), FRANCO (2015), ZABALA (1998/1999), entre outros.

O problema de investigação orienta-se para as possibilidades e os limites que as práticas pedagógicas de Educação Física podem assumir em relação ao tema saúde, “[...] fundamentada na ideia de que o conhecimento e a experiência do homem com a cultura corporal [...] possibilitam a ele manifestar-se, expressar-se visando à melhoria de sua saúde”. (CARVALHO, 2001, p. 11)

Com este pressuposto, cabe ressaltar o pensamento de Carvalho, quando conceitua saúde:

A saúde não é um objeto, um presente. Portanto, ninguém pode dar saúde: o médico não dá saúde, o profissional de Educação Física não dá saúde, a atividade física não dá saúde. A saúde resulta de possibilidades, que

abrangem as condições de vida, de modo geral, e, em particular, ter acesso a trabalho, serviços de saúde, moradia, alimentação, lazer conquistados – por direito ou por interesse – ao longo da vida.

[..]

Todos esses são elementos que determinam a nossa saúde que não é só física, mental ou emocional. É tudo junto, ao mesmo tempo! Pensar na saúde do Homem é considerá-lo como ser político – cidadão – e ético – profissional. (CARVALHO, 2001, p. 14)

Portanto, a partir do problema de investigação foram estabelecidas as questões norteadoras: como são desenvolvidas as práticas pedagógicas nas aulas de Educação Física no Ciclo I, do Ensino Fundamental, em uma escola pública da Rede Municipal de Ensino de Curitiba? De que forma os professores de Educação Física consideram esta conjunção entre a cultura corporal e a saúde? Quais as possibilidades e os limites das práticas pedagógicas de Educação Física em relação ao desenvolvimento da saúde?

Para responder a essas questões, o objetivo geral da pesquisa é: analisar as práticas pedagógicas no contexto da cultura corporal e a sua relação com a saúde. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (1) registrar um breve histórico da disciplina de Educação Física no contexto escolar e as suas abordagens pedagógicas; (2) analisar as abordagens pedagógicas da Educação Física e a saúde nos documentos oficiais; (3) examinar as práticas pedagógicas de Educação Física da escola pública selecionada.

A pesquisa tem como sujeitos os professores da disciplina de Educação Física, da escola pública selecionada na Rede de Ensino Municipal de Curitiba. A relevância acadêmica e social dessa investigação remete à reflexão da temática e às possibilidades e desafios relacionados às práticas pedagógicas na área da Educação Física. Em busca realizada no Portal da Capes observou-se, que, a maioria dos trabalhos de teses e dissertações, na área da Educação Física escolar, relacionados ao tema da saúde, são fundamentados em concepções biológicas, revelando certa escassez de estudos com o foco nas Ciências Sociais, que se julgam necessários à compreensão da área da Educação Física contemporânea. A originalidade da temática, portanto, justifica seu estudo, já que além de sua escassez não se encontrou nenhuma pesquisa que envolvesse o problema selecionado na rede municipal de ensino de Curitiba, nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, teve-se o cuidado de submetê-la à Comissão de Ética da Universidade Tuiuti do Paraná, que solicitou, por meio de um documento de livre consentimento e esclarecido, as assinaturas da Direção da Escola e dos Professores envolvidos diretamente com a pesquisa, para a liberação e a realização da coleta de informações, por meio de entrevistas semiestruturadas bem como das observações das aulas. Tal procedimento assegura o anonimato dos participantes na divulgação da pesquisa, além do compromisso ético durante todo o processo investigativo.

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa, do tipo descritiva e analítica. Os instrumentos utilizados para a coleta de informações foram as entrevistas semiestruturadas realizadas com os sujeitos selecionados e as observações das aulas. A análise documental também se tornou necessária, utilizando-se como recurso metodológico para a interpretação das informações coletadas a “análise de conteúdo”, com base em Bardin (1977).

O tema de estudo foi estruturado nesta dissertação da seguinte forma: a introdução, na qual apresentou-se o problema de estudo, o referencial teórico, as questões norteadoras, objetivos e forma de estruturação da dissertação; no primeiro capítulo buscou-se a relação das práticas corporais e a saúde através da história e das transformações pelas quais a Educação Física passou, originando a diversidade de abordagens existentes hoje no contexto escolar; no segundo capítulo procurou-se analisar a saúde e as práticas corporais na forma como estão contempladas nos documentos oficiais - nacionais, estaduais e municipais -, que norteiam as práticas pedagógicas dos professores pesquisados; no terceiro capítulo foram relacionados os procedimentos metodológicos necessários para a realização da coleta de informações, bem como de sua interpretação; o quarto capítulo remete ao exame das práticas pedagógicas da Educação Física e como são contemplados os conteúdos relacionados à saúde em suas dimensões procedimentais, conceituais e atitudinais, nas aulas de Educação Física da escola selecionada. Por último, as Considerações Finais.

2 SAÚDE UMA REFERÊNCIA HISTÓRICA DAS PRÁTICAS CORPORAIS

As práticas corporais na trajetória da humanidade tem um importante papel desde as antigas civilizações, sendo contempladas nos processos formativos do homem antigo. O caráter utilitário de tais práticas trouxe àquelas civilizações a possibilidade de defesa e sobrevivência. Logo, com a evolução da espécie humana, outras funções foram sendo atribuídas às práticas corporais.

Este capítulo foi desenvolvido com o objetivo de buscar na história indícios que relacionassem as práticas corporais e a saúde, bem como esclarecimentos a respeito das diversas abordagens existentes na Educação Física no contexto escolar.

2.1 DA PRÉ-HISTÓRIA À IDADE CONTEMPORÂNEA

Na pré-história, as práticas corporais eram indispensáveis ao homem pelo seu aspecto natural (andar, correr, trepar, arremessar) e valorizados pelo caráter utilitário e guerreiro, sem os quais não teriam sobrevivido, dada às condições da época.

As longas caminhadas e a movimentação contínua proporcionavam a estes homens um desenvolvimento muscular fabuloso. A vida em contato direto com a natureza, “levava o homem primitivo a obedecer, sem sentir, aquela lei de fisiologia: movimento continuado e repetitivo desenvolve os órgãos e aperfeiçoa as funções”. (MARINHO, 1980, p.29)

De forma inconsciente, o homem primitivo se apropriava do caráter utilitário da prática corporal, para aprimorar suas destrezas em relação à precisão dos golpes, lançando seus machados em alvos fixos, repetindo o treinamento e ocupando seu tempo ocioso. Esta postura “vai constituir-se na primeira característica que dominará a educação física: é o caráter utilitário do exercício”. (MARINHO, 1980, p. 30)

Com o desenvolvimento da humanidade, este homem de pastor nômade passa a ser um agricultor e suas necessidades também se modificaram. Ocuparam as margens dos rios, criando agrupamentos, dando origem às antigas civilizações. Passaram então, a construir outras formas de proteção coletiva, principalmente para se protegerem dos ataques dos animais. Este desenvolvimento, porém, lhes trouxe a perda de destrezas importantes e o sedentarismo. Protegidos dos animais que já não eram motivo para lutas, e preocupados com o tempo ocioso, os homens passam

a se exercitar para proteger e defender os espaços que haviam conquistado, combatendo agora contra os seus semelhantes e trazendo o caráter guerreiro às práticas corporais. (MARINHO, p.30)

Como vemos, a prática corporal e a saúde do homem primitivo não era uma preocupação consciente e nem foi mensurada em tal época.

Seguindo em busca de referências à saúde, chegamos aos chineses no ano 3.000 antes de Cristo, período em que os exercícios físicos, “com finalidades higiênicas e terapêuticas, datam dessa época, usados principalmente para combater as endemias, que resultavam da umidade da atmosfera e das águas estagnadas”. (MARINHO, 1980, p. 33)

Como exemplo de prática corporal da época, relacionada à saúde, o “Cong-Fou consistia em uma série de posições, nas quais o corpo era colocado durante certo tempo para que o paciente respirasse segundo certos métodos particulares, escolhidos e indicados de acordo com a doença a tratar”. (MARINHO, 1980, p. 34)

Os gregos, na Antiguidade Clássica, foram os que mais valorizaram a educação dos jovens e apresentavam já uma preocupação com o exercício físico já sistematizado na forma da ginástica como componente da educação. Platão em “A República”, obra dividida em dez livros, nos relata um diálogo entre Sócrates e Glauco no qual se enaltece a prática da ginástica.

Sócrates – Depois da música é pela ginástica que se deve educar os jovens.

Glauco – Sem dúvida. Sócrates – É preciso que por ela se exercitem desde a infância e através de toda vida. (PLATÃO, apud MARINHO, 1980, p. 51)

Aristóteles, por sua vez em sua obra “A Política”, no livro quinto, também indica a ginástica como componente da educação, como vemos na transcrição a seguir. “Hoje a educação compreende, geralmente, quatro partes: a gramática, a ginástica e a música, a elas se acrescentando às vezes o desenho”. (MARINHO, 1980, p. 51)

E mais adiante Aristóteles sugere:

Demonstramos que se devem formar os hábitos dos filhos antes de formar a sua razão, e o corpo antes do espírito. Disso se depreende que se lhes

deve ensinar a ginástica e a pedotribica¹: uma, para dar ao corpo graça e vigor; outra, para educá-lo nos exercícios. (ARISTÓTELES, apud MARINHO, 1980, p. 52)

Lembramos que, na Antiguidade Clássica, a educação abrangia o período dos sete aos vinte e um anos e entre os sete e os quatorze anos a criança deveria receber noções elementares de música e cultivar a ginástica. A prática da ginástica naquela época

[...] acrescentava à ciência dos exercícios um conhecimento exato de todas as suas propriedades em relação ao vigor e à saúde; e pedotribica limitava-se aos exercícios mecânicos, como a natação, a corrida, a dança. (MARINHO, 1980, p. 52)

A preocupação com a saúde das crianças se refletia também quanto à quantidade dos exercícios físicos e se recomendavam: exercícios pouco fatigantes e alimentação não excessiva, proibindo todos os trabalhos pesados, a fim de que nada pudesses prejudicar o seu crescimento.

Segundo Ramos, (1982, p. 19-20),

Os escritos de Hipócrates, Galeno e Icco de Tarento, para muitos o verdadeiro fundador da medicina desportiva, evidenciaram, dentro do quadro das contribuições médico-pedagógicas, uma preocupação higiênica e terapêutica desportiva.

Dentre os povos helenos que ocuparam a Grécia (séc. XIV a. C.), os jônios se instalaram em Atenas. No argumento do autor, para esses povos as práticas corporais exerciam um papel fundamental na formação geral do jovem, como vemos na citação: “A educação corporal tinha lugar de destaque, adquirindo padrões de eficiência educacional, fisiológica, terapêutica, estética e moral compatíveis, dentro das limitações da época...” (RAMOS, 1982, p. 20)

Ao contrário de Atenas, conforme este mesmo autor, coube aos povos dórios ocupar a cidade gêmea Esparta, na qual:

Os exercícios físicos tinham características guerreiras, objetivando principalmente a preparação militar, a disciplina cívica, o endurecimento do corpo e a energia física e espiritual. Homens e mulheres eram subordinados à preparação semelhante. (RAMOS, 1982, p. 20)

¹ Pedotribica – ginástica ensinada pelo pedotriba, que por sua vez era o instrutor de ginástica para crianças na Grécia antiga. In: Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pedotriba>. Acesso em 14/02/2017.

É bom lembrar que o povo grego, com seu caráter competitivo, deixou um legado – os Jogos Olímpicos – que eram para eles os mais importantes, sendo disputados 293 vezes durante quase 12 séculos (776 a. C.- 393 d. C.). Com a decadência do espírito grego, os Jogos Olímpicos também foram abolidos no ano de 394 d. C., restando apenas “sua ideologia sagrada e o valor do exercício como agente de educação”. (RAMOS, 1982, p. 21)

Inspirado na ideologia dos gregos e no modelo educativo das escolas inglesas, o aristocrata francês Pierre Frey, o Barão de Coubertin (1863-1937), em 1894 realiza em Paris o Congresso Atlético Internacional, onde foi fundado o COI (Comitê Olímpico Internacional), que decide pelo renascimento dos Jogos Olímpicos. Segundo Betti (1991, p. 47) “A ideia do internacionalismo e da promoção da paz através do esporte era outra marca do olimpismo proposto por Coubertin...”.

Os Primeiros Jogos Olímpicos da era moderna realizaram-se no ano de 1896 em Atenas, Grécia, com a participação de 14 países. A partir desta data, cresceu a importância dos Jogos e o número de participantes. Contudo, para Betti (1991, p. 49),

[...]o seu grande crescimento gerou conflitos internos. [...] o bom desempenho nos Jogos Olímpicos, que agora são palco de confrontos entre as grandes potências esportivas (e econômicas) mundiais. Isto levou o desenvolvimento das “Ciências dos Esportes”, a especialização e o treinamento atlético a níveis nunca vistos antes.

Nessa perspectiva, de acordo com Betti (1991) a ideologia do espírito olímpico baseado na valorização do amadorismo, sucumbe à interferência de uma política internacional que exige melhores resultados por parte dos atletas, elevando o seu nível de treinamento e trazendo com essas atitudes a ameaça do “doping”, interferindo na saúde proporcionada pelas práticas corporais.

Dando sequência à trajetória histórica, os romanos em sua educação, adotavam os exercícios físicos que eram representados pelos jogos, trabalhos agrícolas ou militares. Para os romanos, as práticas corporais eram praticadas com finalidades militares não estéticas, e como promoção de saúde como foram para os gregos.

Na Idade Média, caracterizada pela disputa de três poderes: o militar, o civil e o religioso, a prática de atividade corporal foi inexpressiva. Conforme Ramos: “Os exercícios físicos já enfraquecidos no decorrer da decadência romana, ainda mais

perderam sua importância, restando apenas uma prática deturpada e debilitada, desprovida de unidade pedagógica”. (RAMOS, 1982, p. 22)

Na Idade Moderna, caracterizada por importantes acontecimentos na área da educação, segundo o autor, “os exercícios físicos assumiram papel de alta significação. A Educação Física refletiu um passo seguro em busca do seu próprio conhecimento”. (RAMOS, 1982, p. 23)

Depois do ano de 1300 d. C., com a fusão da civilização greco-romana com a do Cristianismo, nasce o Humanismo, que reconcilia a educação intelectual, moral e física. A partir do século XVIII, no Ocidente, com o interesse pela vida natural, as práticas corporais são empregadas como agentes de educação, de maneira teórica e empírica. Assim, segundo relatos registrados por Ramos (1982) muitos pedagogos datam desta época, e se destacaram no cenário da educação física pelas suas contribuições, muitas delas, em favor das práticas corporais na educação dos jovens da época. Serão citados apenas os mais importantes intelectuais, que formaram a base para muitos métodos e práticas corporais até hoje praticados. São eles: Erasmo de Roterdam (1467-1536) cooperou com a evolução da ginástica; Calvino (1508 – 1565) preocupou-se com aspectos pedagógicos incrementando as práticas físicas; os italianos Vittorino da Feltre (1378 – 1446) com sua obra *La Giocosa de Mantova*, Maffeo Veggio (1407 – 1458) com *Educação da Criança*; Leonardo da Vinci (1452 – 1519) com *Estudo dos Movimentos dos Músculos e Articulações*; Gerolamo Mercuriale (1530 – 1606) com a obra *Da Arte da Ginástica*.

Além destes, os franceses Rabelais (1494 – 1553) com sua obra *Gargântua e Pantagruel*; Montaigne (1533 – 1592) com *Ensaio*; Fénelon (1615 – 1715) *Educação dos Jovens*; e Rousseau (1712 – 1778) com *Emílio ou Da Ginástica*.

Da Inglaterra, os principais precursores foram: F. Bacon (1561 – 1623) com sua obra *Investigação Científica*; Thomas Morus (1478 – 1592); John Locke (1632 – 1704); Mulcaster (1533 – 1592); os empiristas em sua totalidade.

Na Alemanha, Hoffmann (1660 – 1742) com seus estudos sobre o Movimento Artificial e as Sete Regras da Saúde; na sistematização da ginástica na escola alemã, cabe citar Basedow (1760) e Guts-Muths (1759 – 1839), dentre outros.

Cabe ressaltar, ainda na Idade Moderna, Pestalozzi (1746 – 1827) teólogo e pedagogo suíço, que com suas obras *Leonardo e Gertrudes* e *Como Gertrudes Educa seus filhos* trouxe consideráveis contribuições à pedagogia experimental,

[...] estabelecendo a unidade e a harmonia do corpo, do espírito e da alma. Dizem que foi o primeiro educador a chamar a atenção para os dois elementos fundamentais da execução dos exercícios, a posição e a execução perfeita, sem os quais os praticantes não alcançam os objetivos visados. (RAMOS, 1982, p. 26)

Conforme Ramos (1982) a Idade Contemporânea nos remete aos métodos de ginástica corporal elaborados com certa ordenação e obedecendo a determinados princípios pedagógicos. Tais métodos surgiram a partir da segunda metade do século XVIII, com Basedow (1723 – 1790), Ling (1776 – 1839) e Amorós (1770 – 1848), dando importância aos exercícios ginásticos e origem aos grandes movimentos da Europa Ocidental, respectivamente. Sediados na Alemanha, o Movimento Germânico trouxe aos exercícios ginásticos o “turnen”, caracterizando a força e a energia em sua execução; na Suécia, o Movimento Sueco por sua vez, foi caracterizado pelos exercícios ginásticos executados de forma livre ou segmentários, dando a sua ginástica um sentido formativo e higiênico; na França surge o Movimento Francês, do qual a educação física brasileira teve bastante influência, tendo seu método caracterizado pelo desenvolvimento das qualidades físicas para o aumento da energia e a exaltação das qualidades morais dos seus praticantes.

Ao concluir esta breve passagem pela história, buscando relatos que contextualizem a relação da saúde e das práticas corporais, pode-se perceber que esta relação nasce de forma inconsciente nas práticas corporais dos homens da Pré-História, desenvolve-se na Antiguidade, fica estagnada na Idade Média, é fundamentada na Idade Moderna e sistematizada pedagogicamente na Idade Contemporânea.

Com isso, se estabelece agora um recorte histórico da Educação Física no Brasil, procurando descrevê-la em seu desenvolvimento no contexto escolar.

2.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO ESCOLAR

No contexto escolar a Educação Física brasileira teve seu início oficial em 1851, com a Reforma do Ensino Primário e Secundário proposta pelo deputado, Luiz

Pedreira do Couto Ferraz. Em 1854, de acordo com Betti (1991) Couto Ferraz, já Ministro do Império, expediu sua regulamentação, tornando obrigatória a ginástica, no primário e a dança no secundário.

Também, cabe ressaltar um marco no ensino secundário oficial do Brasil ocorrido através da iniciativa do ministro interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos, quando o Seminário de São Joaquim foi transformado no Imperial Collegio de Pedro Segundo, por meio de um Decreto de 2 de dezembro de 1837. O nome dado à instituição foi uma homenagem ao Imperador Dom Pedro II, que naquela data completava 12 anos de idade. No primeiro estatuto do colégio consta no Regulamento número 8, de 31 de janeiro de 1938, na página 71 os seguintes artigos, com as primeiras referências às práticas corporais:

Art. 54. As lições de Dança serão dadas nos dias feriados aos Alumnos, cujos Pais houverem determinado que a aprendão.

Art. 55. Nas quintas feiras e Domingos de manhã, poderão os Alumnos aprender a nadar nos lugares, que o Reitor, de accordo com os Professores de Saude, houver escolhido, e com todas as necessarias precauções tomadas por elles. (Colégio Pedro II)

Porém, de acordo com Cunha Junior (2008), somente em 1841 as lições dos exercícios “gymnasticos” foram oferecidas efetivamente aos alunos, considerando que esta instituição poderia ter sido uma das primeiras a escolarizar a Educação Física em terras brasileiras.

Em 1882 o Projeto nº 224, “Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública”, recebeu um parecer de Rui Barbosa, sobre a reforma do ensino primário, no qual se afirmou a necessidade do desenvolvimento físico e intelectual marchar paralelamente. Confiante na ideia de que a escola deveria ser gratuita, laica e obrigatória, Rui Barbosa, segundo Stephanou e Bastos (2006), propunha a adoção do ensino das Lições de Coisas, incentivando o ensino de matérias escolares como: ciências físicas e naturais, a gramática, a matemática, a geografia, a história, a cultura moral e cívica aliadas aos novos conteúdos, como o desenho, a ginástica, o canto. Com isso, o ensino girava em torno do ensino da ciência elementar, associado ao sentimento de amor à pátria e ao trabalho. De acordo com Marinho (1980) no que se refere à Educação Física, Rui Barbosa conclui em seu parecer:

“Em suma, eis o pensamento do projeto:

1º - Instituição de uma seção especial de ginástica em cada escola normal.

2º - Extensão obrigatória da ginástica para ambos os sexos, na formação do professorado e nas escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação à mulher, a harmonia das formas femininas e as exigências da maternidade futura.

3º - Inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo, em horas distintas das do recreio, e depois das aulas.

4º - Equiparação, em categoria e autoridade, dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas”.

Sabemos, porém, que os esforços desta época, não foram suficientes, para a afirmação da Educação Física como disciplina escolar no ensino primário. Contudo, é possível observar que no parecer de Rui Barbosa, pela primeira vez, surgem detalhes técnicos sendo cogitados para a introdução de programas de Educação Física no currículo escolar do ensino primário.

Em 1886, Pedro Manuel Borges, publica um “Manual Teórico Prático de Ginástica Escolar”, destinado às escolas públicas, colégios, liceus, escolas normais e municipais. Nele, o autor defendia a necessidade da Educação Física desde o berço e a sua importância; preconizava noções de higiene, anatômicas (constituição e desenvolvimento dos seres vivos) e antropométricas (estudo das dimensões e proporções do corpo humano), que deveriam ser ensinadas às crianças a partir dos dez anos de idade. (MARINHO, p.164)

A partir da Constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1891, segundo Betti (1991) foi atribuído ao Governo Federal a responsabilidade do ensino secundário e superior em todo país, e o ensino em todos os níveis no Distrito Federal.

Contudo, foi a partir da década de 20 que diversos Estados realizaram reformas em seus sistemas de ensino que, para Betti (1991) serviram de precursoras das grandes reformas que se realizariam a partir da década de 30 no país. O “entusiasmo pela educação”, “o otimismo pedagógico”, foram sentimentos característicos desta época, vinculados ao modelo da chamada “Escola Nova”, em que se acreditava que tais doutrinas educacionais indicariam um caminho para a formação do homem brasileiro.

Nesse contexto e de acordo com Betti (1991) a concepção pedagógica da “Escola Nova” propunha medidas, como inspeção médica e dentária, educação

física, meio favorável à educação higiênica e assistência alimentar às crianças desamparadas. Com isso, ainda de acordo com o autor, a preocupação com a saúde e a higiene dos escolares levou a uma concepção biológica da Educação Física.

Algumas destas reformas incluíam a Educação Física nos currículos escolares, porém com a denominação de “ginástica”. Dessa forma, Betti (1991, p. 64) cita algumas dessas Reformas que ressaltamos a seguir: Sampaio Dória (1920), em São Paulo; Lourenço Filho (1922-23), no Ceará; Carneiro Leão (1922-26), no Distrito Federal e em Pernambuco (1928); Francisco Campos (1927-28); Anísio Teixeira (1928), na Bahia e a Reforma Fernando de Azevedo (1928), no Distrito Federal.

Nas primeiras décadas do século XX, o higienista Fernando de Azevedo fazia parte de uma elite intelectual que, influenciados por teorias científicas europeias a respeito da eugenia, que tinha em seu objetivo principal a regeneração da “raça”, passou a defender a Educação Física como “um maravilhoso instrumento de transformação social-étnica”. (AZEVEDO, 1920b, p. 21-23 apud VECHIA e LORENZ, 2009, p. 63)

Azevedo partia da premissa que “mulheres fortes, fazem uma raça forte; que com a fraqueza das mães começa a dos homens e que não é possível nenhum progresso social durável se não houver a intervenção da mulher no processo da regeneração da raça” (AZEVEDO, 1920, p. 99 apud VECHIA e LORENZ, 2009, p. 65); e, ainda, acreditava que através dos “exercícios físicos constantes a mulher iria fortalecendo seu corpo e, ao longo das gerações, estas características iriam sendo incorporadas pelas novas gerações e iriam aprimorando a raça”. (VECHIA e LORENZ, 2009, p. 66)

Com esse discurso, Azevedo via no aprimoramento físico das mulheres da época, um instrumento capaz de regenerar a raça, pois atribuía “ao fator racial a responsabilidade pelos problemas físicos e morais do povo brasileiro”. (VECHIA e LORENZ, 2009, p. 66)

Desse modo, imbuído dessas ideias eugenistas Fernando de Azevedo, em 1928, através de uma importante Reforma educacional, reorganiza o ensino primário, o normal e o profissional no Distrito Federal. Estabelece que nos

estabelecimentos de ensino seriam ministradas aulas de Educação física, diariamente e obrigatoriamente, a todos os alunos, inclusive às meninas, salvo as peculiaridades adequadas ao sexo feminino. De acordo com Marinho (1980, p. 173), Azevedo previa a criação de uma Escola Profissional de Educação Física e, ainda, utopicamente prescrevia no artigo 613 da referida Reforma que: “Nenhum prédio escolar será construído sem que compreenda pátio de recreio e de exercícios físicos, pavilhão coberto para a ginástica, de 12 metros por 24, no mínimo, uma piscina ou banheiros e oficinas de pequenas indústrias”.

Em 1929, aos cuidados do tenente Inácio de Freitas Rolim e o Dr. Virgílio Alves Bastos, inicia-se o funcionamento do Curso Provisório de Educação Física, no qual se matriculam inúmeros professores públicos primários, além dos oficiais designados. Contudo, foi o presidente Washington Luis, que após estudar a situação da Educação Física no território nacional, conclui pela “obrigatoriedade dos exercícios físicos metódicos desde a escola primária”. (MARINHO, 1980, p. 174)

De 1930 a 1964, os fatos se tornam mais relevantes no contexto escolar, cabendo, também, relacioná-los cronologicamente.

Em 1930, o Curso Provisório é transformado em Centro Militar de Educação Física. É criado o Ministério da Educação e Saúde, com ele a Educação Física passou a ter maior destaque nos meios educacionais. (RAMOS, p.296)

Em 1931, a Reforma educacional de Francisco Campos introduzia a disciplina de Educação Física no currículo do ensino secundário que, passava a ser obrigatória em todas as classes. (DALLABRIDA, p. 190)

Segundo Romanelli (2008), entre outros méritos, a Reforma de Francisco Campos proporcionou uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior, sendo imposta a todo o território nacional iniciando uma ação mais objetiva do Estado com relação à educação.

Entre as décadas de 1930 e 1940, período histórico denominado de “Era Vargas”, caracterizado pelo governo de Getúlio Vargas, segundo Corrêa (2006) à valorização da educação física que, se deu como instrumento para a difusão dos princípios do ideário ditatorial do governo nas várias instâncias da sociedade.

De acordo com Betti (1991) o apoio à Educação Física pelo Estado, pelo sistema militar e por parte dos educadores, neste período da história, fazia parte da redenção do homem brasileiro, da afirmação da nacionalidade e da busca do desenvolvimento sócio econômico e cultural do país, conduzido pelo autoritarismo.

De 1938 a 1939, percebida a deficiência de professores e médicos especializados na área, foi criado um curso de emergência, no qual foram diplomados 168 professores e 78 médicos, tornando-se fato decisivo para outras conquistas no campo da Educação Física. Com isso, em 1939 foi fundada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, tendo como seu maior incentivador e diretor o major Inácio de Freitas Rolim, que muitas contribuições trouxe a esta área, incentivando o desenvolvimento desta disciplina escolar. (RAMOS, p. 297)

Esta também foi uma época em que os cursos, palestras e simpósios foram realizados, incentivados pela vinda de técnicos estrangeiros, pela iniciativa do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. Em 1941, o Governo instituiu o Conselho Nacional dos Desportos, destinado a fiscalizar, orientar e incentivar a prática esportiva em todo o País. Os esportes passaram então a ter maior destaque e investimento. (RAMOS, p. 297-298)

Finalmente, no período da história do Brasil que compreende os anos de 1964 a 1979, a prática desportiva passa a ter maior incentivo com a criação de órgãos especializados e incentivos fiscais. O Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, e outros, deram origem a algumas medidas na educação pública e privada; foi criado o Departamento de Educação Física e Desportos (DED), substituído em 1978, pela Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED). (RAMOS, p. 298)

Com esta entidade constituída, os interesses pelo campo da Educação Física foram surgindo com mais intensidade; a abertura de novos estabelecimentos de ensino especializados, a construção de instalações adequadas à prática da atividade física em todo território nacional, a profissionalização cada vez maior dos Professores de Educação Física, proporcionando assim, uma prática mais orientada. (RAMOS, p. 298)

No atual contexto escolar, a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e no artigo 26 determina:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Sendo assim, o inciso 3º deste artigo, refere-se à disciplina de Educação Física, também determinando:

A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa aos cursos noturnos.

Apesar de na atualidade a Educação Física, como disciplina ser obrigatória em todos os níveis de escolarização, a exceção dos cursos noturnos, nos quais é facultativa, ainda se vê, muitas vezes, a sua falta de expressão dentro do meio escolar. Aliada a isso, a falta de motivação e valorização do trabalho do professor, levam à descontinuidade deste trabalho, refletindo nos alunos um desinteresse por esta disciplina escolar, principalmente quando chegam à adolescência.

O conceito de Educação Física no qual se fundamenta a discussão acadêmica desta Dissertação está pautado na perspectiva pedagógica da Cultura Corporal, procurando legitimar o que regem os documentos oficiais (DCM/DCE), que norteiam as práticas pedagógicas das escolas públicas, especificamente no Ensino Fundamental.

Com características diferenciadas das tendências anteriores (tecnicistas, higienistas, militaristas), a perspectiva da Cultura Corporal, como já observado na introdução deste trabalho,

Busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esportes [...], que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas. (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p. 39)

É, portanto, neste contexto teórico que o presente estudo vai encaminhar a análise das condições em que a Educação Física vem se desenvolvendo na escola pública, considerando as possibilidades e limites de práticas de Educação Física em sua relação com a saúde na perspectiva pedagógica da Cultura Corporal. Tal objetivo tem em vista a realidade da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, onde as

práticas corporais regulares fazem parte do currículo escolar desde as séries iniciais do Ensino Fundamental.

2.3 ABORDAGENS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A partir de 1930, a abordagem higienista juntamente com o modelo militarista, orientam as formas pedagógicas que conduziam as atividades físicas nas escolas. Na abordagem higienista, a maior preocupação era com a saúde e com os hábitos de higiene em função do desenvolvimento físico e da moral do indivíduo. Já o modelo militarista introduzia nas escolas da época um conceito de Educação Física, que tinha como maior preocupação o desenvolvimento dos alunos para o combate em eventuais guerras, selecionando os indivíduos fisicamente aptos, excluindo os menos favorecidos fisicamente. (DARIDO, p. 1-2)

O período pós-guerras mundiais (1914 – 1918; 1939 – 1945), especialmente a partir da segunda e terceira década do século XX, nos trouxe influências do modelo americano chamado de Escola Nova, influenciado pelo educador John Dewey, que pregava o respeito à personalidade da criança e o seu desenvolvimento integral, de forma que ela pudesse “aprender fazendo”. Este modelo no que se refere à disciplina que é o objeto deste estudo,

[...] vai advogar em prol da educação do movimento como forma de promover a chamada educação integral. [...] propõe o conceito bio-socio-fisiológico da Educação Física, em substituição ao conceito anátomo-fisiológico que vigorava até então. (DARIDO, 2003, p. 2)

Com a instauração do regime militar em 1964, os mesmos passam a investir nos esportes, a fim de promover o país através do êxito dos atletas, segundo Castellani Filho (1988), como uma tentativa do Estado de reprimir movimentos estudantis, no sentido de desviar a atenção dos estudantes às questões sociopolíticas, desta época tão conturbada da nossa história. Com a valorização da introdução dos esportes nas escolas, como objetivo e conteúdo das aulas de Educação Física, “os valores a serem alcançados passam a ser o rendimento e a seleção dos mais habilidosos tornando a prática uma repetição mecânica dos movimentos”. (DARIDO, 2003, p. 3).

Este modelo “esportivista” foi muito criticado, pois pregava uma “metodologia diretiva, onde os alunos executavam os movimentos de forma mecânica, repetitiva,

desvalorizando os conhecimentos anteriores dos alunos, impondo-lhes valores sociais e culturais distantes de sua realidade” (DARIDO, 2003, p. 3).

É, então, a partir de 1980, que a “Educação Física passa por um período de valorização dos conhecimentos produzidos pela ciência” (DARIDO, 2003, p. 3), com a abertura de programas de mestrado na área, e com os profissionais titulados nos principais centros de pesquisa do mundo. Com isso, surgem novos movimentos em oposição aos modelos tecnicistas, esportivistas e biologicistas promovendo relevância na construção do pensamento pedagógico nacional.

Ainda, de acordo com os quadros elaborado pela autora a partir de Darido (2003) e inserido nessa Dissertação nas páginas 32 e 33, podemos citar algumas dessas abordagens e suas principais características pedagógicas: a Desenvolvimentista, que tem em sua característica pedagógica o “movimento” como sendo o principal meio e fim da Educação Física; a Construtivista- Interacionista, na qual o aluno constrói o seu conhecimento a partir da interação com o meio; a Sistêmica, que visa a transformação social diversificando as vivências das práticas corporais de modo não excludente; a Cultural, que valoriza as diferenças culturais entre os alunos; a Psicomotricidade, que procura desenvolver os processos cognitivos, afetivos e psicomotores dos alunos; a dos Jogos Cooperativos, que valoriza a cooperação em detrimento da competição; a da Saúde Renovada, que defende a importância das práticas corporais desenvolvidas desde a infância, como um benefício para a saúde e para as mudanças de hábitos em função de um estilo de vida ativo na fase adulta; a dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que a partir deste documento, incentiva a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, servindo de material reflexivo para a prática dos professores; finalmente, a Crítico – Emancipadora, que visa a emancipação dos alunos propondo reflexões e transformações didático-pedagógicas nas práticas corporais escolares.

Sendo assim, denominadas por Darido (2001, p.12), as teorias críticas ou progressistas, questionam “o caráter alienante da Educação Física escolar, propondo um modelo de superação das contradições e injustiças sociais”. A autora ressalta que dentro da Educação Física surgiram desdobramentos da abordagem crítica: a perspectiva crítico-superadora e a crítico-emancipatória.

Contudo, para a síntese descritiva será destacada a abordagem Crítico-Superadora que fundamenta o objeto desta pesquisa. Portanto, utilizaremos os quadros das páginas já referidas, para a elaboração desta descrição.

QUADRO 1: CARACTERÍSTICAS DAS ABORDAGENS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DESENVOLVIMENTISTA, CONSTRUTIVISTA, CRÍTICO-SUPERADORA E SISTÊMICA.

Abordagens	Desenvolvimentista	Construtivista	Crítico-superadora	Sistêmica
Principais autores	Tani, G. Manoel, E. J.	Freire, J. B.	Bracht, V. Castellani, L. Taffarel, C. Soares, CL	Betti, M.
Livro	Educação Física Escolar: uma Abordagem Desenvolvimentista	Educação de Corpo Inteiro	Metodologia do Ensino da Educação Física	Educação Física e Sociedade
Área de base	Psicologia	Psicologia	Filosofia Política	Sociologia Filosofia
Autores de base	Gallahue, D. Connoly, J.	Piaget, J.	Saviani, D. Libaneo, J.	Bertalanffy, Koestler, A.
Finalidade	Adaptação	Construção do Conhecimento	Transformação social	Transformação social
Temática principal	Habilidade, Aprendizagem, Desenvolvimento Motor	Cultura popular, Jogo, Lúdico	Cultura Corporal, Visão Histórica	Cultura Corporal, Motivos, Atitudes, Comportamento
Conteúdos	Habilidades básicas, habilidades específicas, jogo, esporte, dança	Brincadeiras populares, jogo simbólico, jogo de regras	Conhecimento sobre o jogo, esporte, dança, ginástica	Vivência do jogo, esporte, dança, ginástica
Estratégias/ Metodologia	Eqüifinalidade, variabilidade, solução de problemas	Resgatar o conhecimento do aluno, solucionar problemas	Tematização	Eqüifinalidade, não exclusão, diversidade
Avaliação	Habilidade, processo, observação sistemática	Não punitiva, processo, auto avaliação	Considerar a classe social, observação sistemática	

Fonte: Darido (2003, p. 11)

QUADRO 2: CARACTERÍSTICAS DAS ABORDAGENS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: CRÍTICO-EMANCIPADORA, CULTURAL, JOGOS COOPERATIVOS, SAÚDE RENOVADA E BASEADA NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.

Abordagens	Crítico-emancipadora	Cultural	Jogos Cooperativos	Saúde Renovada	PCNs
Principais autores	Eleonor Kunz	Jocimar Daólio	Fábio Brotto	Guedes Nahas	Marcelo Jabu e Caio Costa
Livro	Transformações didático-pedagógicas do esporte	Da cultura do corpo	Se o importante é competir o fundamental é cooperar		PCNs, 3º e 4º ciclos (5ª a 8ª séries)
Área de base	Filosofia, Sociologia e Política	Antropologia	Psicologia	Fisiologia	Psicologia e Sociologia
Autores de base	Habermas	Mauss e Geertz	Terry Orlick	Vários	Vários
Finalidade	Reflexão crítica emancipatória dos alunos	Reconhecer o papel da cultura	Indivíduos cooperativos	Melhorar a saúde	Introduzir o aluno na esfera da cultura corporal de movimento
Temática principal/ Conteúdos	Transcendência de limites/ Conhecimento, esportes	Alteridade/Técnicas corporais	Incorporação de novos valores/Jogos cooperativos	Estilo de vida ativo/Conhecimento, exercícios físicos	Conhecimentos sobre corpo, esportes, lutas, jogos e brincadeiras e atividades rítmicas e expressivas

Fonte: Darido (2003, p. 21)

2.4 ABORDAGEM CRÍTICO-SUPERADORA

Segundo Darido (2003), a proposta da abordagem Crítico-Superadora utiliza o discurso da justiça social, e é baseada no marxismo e neomarxismo, tendo recebido na Educação Física influência dos educadores José Libaneo e Demerval Saviani. De acordo com a mesma autora, esta pedagogia levanta questões de poder, interesse, esforço e contestação; a pedagogia apropriada deve considerar não somente as questões de como ensinar, mas também de como adquirimos esses conhecimentos, valorizando a contextualização histórica dos fatos, as questões de poder na estrutura de classes e as possibilidades de transformação social.

Em síntese, as características de maior relevância desta abordagem, de acordo com Darido (2001, p. 13) podem assim ser relacionadas:

- Aborda questões de poder, esforço e contestação;
- As questões pedagógicas não devem priorizar somente questões de como ensinar, mas como estes conhecimentos são adquiridos;
- Valorizam a contextualização dos fatos e do resgate histórico;
- Quanto aos conteúdos, consideram a relevância social, sua contemporaneidade e sua adequação às características sócio-cognitivas dos alunos;
- Adotam a simultaneidade na transmissão dos conteúdos;
- Entendem a Educação Física como disciplina que trata de um tipo de conhecimento denominado de cultura corporal que tem como temas: o jogo, a dança, a capoeira e outras temáticas que apresentarem relações com os principais problemas sociais e políticos vivenciados pelos alunos;
- A finalidade dessa abordagem é portanto a transformação social;
- Quanto ao processo de avaliação recomendam a observação sistêmica dos alunos considerando a sua classe social;

Segundo as características dessa abordagem “[...] cabe à escola promover a apreensão da prática social. [...] com uma proposta clara de conteúdos, [...] que viabilize a leitura da realidade estabelecendo laços concretos com projetos políticos de mudanças sociais”. (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p. 63)

Nesse contexto, portanto, o professor de Educação Física deve ter bem definido os seus objetivos, assim como os conteúdos a serem abordados em seu projeto político e pedagógico, possibilitando a sua intervenção democrática no

cotidiano do aluno de maneira intencional e direta. Dessa forma, promover uma reflexão pedagógica com o aluno acerca da realidade social, desenvolvendo sua capacidade intelectual, de modo que o mesmo possa confrontar o seu “saber” com a apropriação do conhecimento científico adquirido na escola.

Esse Coletivo de Autores considera a organização e a sistematização dos conteúdos bem como a sua distribuição, “[...] dentro do tempo pedagogicamente necessário para a sua assimilação, [...] tratado em todos os níveis escolares numa evolução espiralada”. (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p. 64)

Na Educação Física a sistematização na organização dos conteúdos deve considerar, sempre, a capacidade física e intelectual do aluno. Numa visão de totalidade, o aluno deve se reconhecer enquanto sujeito histórico capaz de desenvolver um entendimento a respeito da cultura corporal de movimento, transmitida historicamente e realizada num contexto social. De forma dosada e sequencial os conteúdos devem estimular essas capacidades no processo de transmissão e assimilação do saber escolar.

Portanto, a realidade material da escola é um aspecto importante a ser considerado na seleção dos conteúdos. Para esses autores “[...] a apropriação do conhecimento da Educação Física supõe a adequação de instrumentos teóricos e práticos, sendo que algumas habilidades corporais exigem, ainda, materiais específicos”. (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p. 63-64)

Sendo assim, a organização do espaço físico-pedagógico (sala de aula, quadras), bem como a disponibilização de materiais adequados e específicos às práticas corporais são componentes necessários para a assimilação dos conteúdos pelos alunos. Dessa forma, o projeto de escolarização, nessa abordagem pedagógica, se dá em uma dinâmica curricular, com uma base material no que se refere ao conhecimento, à organização e, ainda, com a normatização escolar representada pelas normas, padrões, regimentos, avaliações, etc.

Contudo, a questão da saúde nessa abordagem, segundo Ferreira e Sampaio (2010), é tratada de forma direta através de discussões e debates sobre as injustiças sociais pautadas no marxismo, apresentando uma visão não biologicista e socialista de saúde. Esta é tratada do ponto de vista social

procurando abordar temas que remetam à contemporaneidade e a realidade do aluno.

A abordagem de temas relacionados à saúde partindo das necessidades dos alunos, na opinião da pesquisadora, pode possibilitar a inclusão dos mesmos no contexto escolar. Com o princípio da simultaneidade, o conhecimento vai se construindo à medida que se desenvolve a compreensão de que as informações dos conteúdos não podem ser pensadas e nem explicadas de forma fragmentada. Dessa maneira, o conhecimento sobre estes temas pode ser construído de forma “espiralada”, isto quer dizer que à medida que as referências do pensamento se ampliam os conhecimentos também podem ser ampliados, rompendo com a “ideia de terminalidade”, assumindo um critério provisório e de evolução para os conteúdos determinados.

E, ainda, segundo o Coletivo de Autores (2012), os alunos do Ciclo I, do Ensino Fundamental, estão construindo condições para uma organização da identidade das informações numa visão sincrética da realidade, prevalecendo as referências sensoriais na sua relação com o conhecimento. Cabe à escola e ao professor, organizar a identidade das informações constatadas e descritas pelo aluno “para que ele possa formar sistemas, encontrar as relações entre as coisas, identificando as semelhanças e as diferenças” (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p. 36)

E, assim, possa se desenvolver pouco a pouco dentro dos Ciclos, superando o sistema de seriação.

Portanto, a abordagem pedagógica Crítico-Superadora expressa uma vontade política em prol da construção de uma teoria geral da Educação Física que dê suporte a uma prática transformadora.

3 A SAÚDE E A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Neste capítulo procuraremos identificar, as abordagens da Educação Física que têm pautado a prática pedagógica dos professores da rede pública, por meio da análise dos documentos normativos, principalmente no que diz respeito ao

Ensino Fundamental. A intenção é traçar uma retrospectiva, identificando suas epistemologias e características gerais, assim como buscar identificar as relações com a saúde que, por ventura, sejam relevantes à pesquisa.

Para tanto, os documentos oficiais que serão analisados são: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN – 1997), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN - 2010), as Diretrizes Curriculares Estaduais (DCE- 2008), as Diretrizes Curriculares Municipais (DCM – 2006), e o Projeto Político Pedagógico (PPP – 2012) da escola selecionada como local de pesquisa. Analisaremos inicialmente os documentos nacionais e a seguir os documentos locais.

3.1 A SAÚDE E A EDUCAÇÃO FÍSICA NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)

Sabemos que na história da educação, no Brasil, muitas foram as reformas estabelecidas com o objetivo de se obter o desenvolvimento intelectual, moral e físico dos indivíduos e atender aos interesses sociais, econômicos, políticos e culturais de cada momento histórico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, desde sua primeira publicação, em 1961, fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024), vinculada aos determinantes políticos e econômicos, prevendo a integração da União, dos Estados e dos Municípios quanto à responsabilidade pela oferta da educação.

Em relação à Educação Física, a “obrigatoriedade” desta disciplina foi contemplada na referida lei em seu artigo 22º, na seguinte forma: “Será obrigatória a prática da Educação Física nos cursos primários e médio até a idade de 18 anos”. De acordo com este artigo, a obrigatoriedade tinha em sua intencionalidade, a formação integral dos alunos, que incluía atitudes físicas, mentais e morais. A limitação na idade desta instrução pressupunha que depois dos 18 anos a prática dos exercícios físicos já haveria de ser um hábito agradável, resultado de um processo formativo e que seria de muita importância, na fase em que este educando passasse a ser um trabalhador produtivo. Sabemos, porém, que estas expectativas não foram concretizadas. O período

conturbado que a história do Brasil viveria também se refletiu na educação de uma maneira geral.

Ainda na vigência do regime militar (1964-1985), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4024/61, teve que passar por uma reforma; passando de uma visão mais liberal, para uma tendência tecnicista. Primeiramente com a Lei nº 5540/68, que reformulava a questão do Ensino Superior, ainda com características do regime militar, como podemos observar no texto, segundo o Art. 16, parágrafo 4, para assegurar: “[...] a manutenção da ordem e disciplina...” (BRASIL, 1968). Com isso, tentava-se conter os protestos dos estudantes e professores universitários, como refere Saviani:

[...] ao instituir a departamentalização e a matrícula por disciplina com o seu corolário, o regime de créditos, a lei teve, observando o seu significado político, o objetivo de desmobilizar a ação estudantil que ficava impossibilitada de construir grupos reivindicatórios, pois os estudantes não permaneciam em turmas coesas durante o curso. (SAVIANI, 1997, p. 95)

Com relação à Educação Física, em 25 de julho de 1969, o Decreto-lei nº 705, alterou a redação da lei de 1961: “Será obrigatória a prática da Educação Física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância desportiva no ensino superior”.

Assim sendo, coube à Educação Física, entrando no ensino superior, “colaborar, através de seu caráter lúdico-esportivo, com o esvaziamento de qualquer tentativa de rearticulação política do movimento estudantil” (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 121). Diante deste contexto, a Educação Física, continuou a representar o seu papel, não vindo a sofrer modificações, apenas reforçando o seu caráter instrumental.

Mais tarde, após muitas discussões e propostas, essa legislação foi novamente modificada pela Lei 5692/71, que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para o Ensino de 1º e 2º graus, trazendo alterações e implantando um modelo tecnicista, para atender o regime político vigente e os interesses do capital.

A nova orientação educacional tinha como preocupação o aprimoramento técnico em função de uma profissionalização, bem como a eficiência de

resultados, adaptando o ensino às demandas da produção industrial. Conter os alunos de forma a discipliná-los, também foi uma preocupação dessa legislação, como podemos ver, em seu Art. 7º, regulamentando a obrigatoriedade das disciplinas de Educação Moral e Cívica e da Educação Física nos ensinos de 1º e 2º graus (BRASIL, 1971).

Art. 7º- Será obrigatória a inclusão da Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, [...].

Essa Lei permaneceu em vigor até 1996, sendo revogada pela Lei 9394, em 20 de dezembro, do mesmo ano. A Lei 9394/96, estabelece a autonomia e a descentralização das escolas e universidades, criando um processo de avaliação do ensino no Brasil, e a valorização do professor e do magistério. Assim sendo, no artigo 26, parágrafo 3º, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que se refere à Educação Física, ficou estabelecido o seguinte:

Art. 26 – [...] § 3º - A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

Com este contexto pedagógico, a Educação Física tenta romper o paradigma tecnicista e ainda militarista, que tinha características controladora e excludente, mantendo a sua relação com a saúde através da aptidão física, que visava o desempenho e o aprimoramento do físico numa visão biológica e individualista. Com uma proposta de ampliar suas possibilidades dentro do ambiente escolar, a finalidade da disciplina de Educação Física nessa fase de vigência da lei é a do desenvolvimento motor caracterizada pelo ensinamento de conteúdos básicos e específicos de habilidades, por meio do jogo, dos esportes, da dança, da ginástica e da luta.

Contudo, podemos perceber que as atribuições da Educação Física vão além das atividades corporais; associadas às dimensões sociais, culturais, afetivas, cognitivas e biológicas, justificando sua importância no contexto escolar. No que se refere à legislação vigente, todos estes componentes aqui expostos, podem ser explorados, dentro do que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB,1996), a fim de atendermos às demandas da

contemporaneidade, que pede atitudes renovadoras, em prol da qualidade dos conteúdos a serem desenvolvidos nas aulas de Educação Física.

3.2 A SAÚDE E A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1^a à 4^a série – ciclos I e II) do Ensino Fundamental são documentos elaborados a partir dos esforços de educadores no âmbito nacional, com o objetivo de criar um referencial ao trabalho pedagógico dos professores, respeitando a sua opção com relação às concepções adotadas e à pluralidade cultural brasileira, sendo flexíveis e adaptáveis à realidade de cada região. Elegem a cidadania como objetivo a ser alcançado pelos alunos, oferecendo aos mesmos o acesso aos conhecimentos culturais relevantes, que incluem os saberes presentes no trabalho escolar, bem como quanto às preocupações contemporâneas: meio ambiente, saúde, sexualidade, ética, dignidade e solidariedade. Os PCN's estabelecem os objetivos gerais relacionados à disciplina de Educação Física, indicando que os alunos, dentro de uma perspectiva pedagógica, sejam capazes de:

[...]

Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;

Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva; (BRASIL, 1997, s. p.)

Os PCN's são compostos por 10 (dez) volumes que abrangem desde o tema introdutório aos Parâmetros Curriculares Nacionais, elencando as áreas específicas do conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Arte, Educação Física), e os Temas Transversais: Ética, Meio Ambiente e Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Sendo assim constituídos os documentos, concentraremos nossa análise documental, no volume 7 (sete), específico para área de Educação Física, objeto do nosso estudo.

Segundo o documento, na década de 70, as práticas pedagógicas de Educação Física eram realizadas com ênfase na prática de esportes, e voltadas principalmente aos alunos de quinta a oitava séries, com o objetivo de formar atletas, e por consequência, tornar o Brasil uma nação olímpica. Com o fracasso desta abordagem esportivista, a Educação Física no Brasil passou por uma crise de identidade a respeito da finalidade da disciplina no contexto escolar. A partir daí introduz-se a atividade física voltada à psicomotricidade nas séries iniciais.

[...] na década de 80, passa-se a priorizar o segmento de primeira à quarta séries, estabelecendo uma abordagem relacionada ao desenvolvimento psicomotor do aluno, tirando da Educação Física Escolar a função de promover esportes de alto rendimento. (BRASIL, 1997, p. 21)

A abordagem pedagógica da Psicomotricidade foi o primeiro movimento contrário aos modelos anteriores. No livro, Metodologia do Ensino de Educação Física, do Coletivo de Autores (2012), é citado o francês Jean Le Boulch (1978), com sua variante, a Psicocinética, como sendo o principal autor a influenciar o pensamento “psicomotrista” desta época. Através dessa teoria geral do movimento, compreendia-se a Educação Física como meio de formação, privilegiando o:

[...] estímulo ao desenvolvimento psicomotor, estruturando o esquema corporal e as aptidões motoras, que se aprimoram através da prática do movimento, pretendendo através do exercício, desencadear mudanças de hábitos, ideias e sentimentos. (COLETIVO de AUTORES, 2012, p. 54)

Contudo, de acordo com o Coletivo de Autores (2012, p. 55), “Denota-se, assim, o caráter idealista da concepção, pois lhe falta a perspectiva dos condicionantes histórico-sociais da educação”. Discussões realizadas nos meios acadêmicos, influenciadas pelas teorias críticas da educação, procuraram justificar o papel da Educação Física e sua dimensão política, ocorrendo então:

[...] uma mudança de enfoque, tanto no que dizia respeito à natureza da área quanto no que se referia aos seus objetivos, conteúdos e pressupostos pedagógicos de ensino e aprendizagem. No primeiro aspecto, se ampliou a visão de uma área biológica, reavaliaram-se e enfatizaram-se as dimensões psicológicas, sociais, cognitivas e afetivas, concebendo o aluno como ser humano integral. No segundo, se abarcaram objetivos educacionais mais amplos (não apenas voltados para a formação de um físico que pudesse sustentar a atividade intelectual), conteúdos diversificados (não só exercícios e esportes) e pressupostos pedagógicos mais humanos (e não apenas adestramento). (BRASIL, 1997, p. 21)

Atualmente, existe uma variedade de abordagens relacionadas à Educação Física, resultantes da articulação de diferentes teorias: psicológicas, sociológicas e filosóficas. Tais abordagens, de acordo com o documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, ampliam o campo de ações e reflexões da área, embora com enfoques divergentes e diferenciados, porém têm em comum, “a busca de uma Educação Física que articule as múltiplas dimensões do ser humano”. (BRASIL, 1997, p. 22)

Neste contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais passam a considerar as dimensões culturais, sociais, políticas e afetivas, presentes no “corpo vivo”, que interage e se movimenta, nos “sujeitos sociais” como “cidadãos” (BRASIL, 1997, p. 22). Abordam os conteúdos da Educação Física (a ginástica, a dança, o jogo, o esporte e a luta) “como expressão de produções culturais, como conhecimentos historicamente acumulados e socialmente transmitidos”. Portanto, esta proposta entende a Educação Física como uma “cultura corporal” (BRASIL, 1997, p. 23). Algumas produções da cultura corporal foram incorporadas pela Educação Física em seus conteúdos:

Estes têm em comum a representação corporal, com características lúdicas, de diversas culturas humanas; todos eles ressignificam a cultura corporal humana e o fazem utilizando uma atitude lúdica.

[...]

Assim, a área de Educação Física hoje contempla múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade a respeito do corpo e do movimento. Entre eles, se consideram fundamentais as atividades culturais de movimento com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções, e com possibilidades de promoção, recuperação e manutenção da saúde. (BRASIL, 1997, p. 23)

Esta abordagem da Cultura Corporal, presente no documento e referenciada por Darido (2003), de acordo com a autora, foi sugerida por Daolio (1995), com o apoio de Marcel Mauss, que numa perspectiva antropológica, procurou ampliar o conceito das técnicas corporais, enfatizando o papel da cultura.

O autor reforça que toda técnica é cultural, por ser fruto de uma aprendizagem específica de uma sociedade, num momento histórico. O autor sugere que o repertório corporal de cada aluno seja incorporado às técnicas corporais desenvolvidas nas aulas de Educação Física, pois

julga que toda técnica corporal é uma técnica cultural, não existindo uma técnica melhor ou mais correta. (DARIDO, 2003, p. 17)

E, ainda, Daolio, considerando a humanidade plural, procura entender os homens a partir de suas diferenças, e que essas diferenças não devem ser vistas como inferioridade, pois “o que caracteriza a espécie humana é justamente sua capacidade de se expressar diferentemente” (DAOLIO, 1995, p. 100).

Com relação à cultura corporal, o documento destaca na Educação Física escolar o pleno exercício da cidadania, “[...] na medida em que, tomando seus conteúdos e as capacidades que se propõe a desenvolver como produtos socioculturais, afirma como direito de todos o acesso a eles”. (BRASIL, 1997, p. 24)

Com relação aos conhecimentos do corpo, seu crescimento e desenvolvimento, o documento preconiza que sejam:

[...] construídos concomitantemente com o desenvolvimento de práticas corporais, ao mesmo tempo que dão subsídios para o cultivo de bons hábitos de alimentação, higiene e atividade corporal e para o desenvolvimento das potencialidades corporais do indivíduo, permitem compreendê-los como direitos humanos fundamentais. (BRASIL, 1997, p. 25)

E, ainda, em relação ao desenvolvimento de hábitos saudáveis, alerta que:

Em determinadas realidades, o consumo de álcool, fumo ou outras drogas já ocorre em idade muito precoce. A aquisição de hábitos saudáveis, a conscientização de sua importância, bem como a efetiva possibilidade de estar integrado socialmente (o que pode ocorrer mediante a participação em atividades lúdicas e esportivas), são fatores que podem ir contra o consumo de drogas. Quando o indivíduo preza sua saúde e está integrado a um grupo de referência com o qual compartilha atividades socioculturais e cujos valores não estimulam o consumo de drogas, terá mais recursos para evitar esse risco. (BRASIL, 1997, p. 25-26)

Quanto aos critérios de seleção e organização dos conteúdos a serem efetivados nos objetivos e coerentes com a concepção exposta, o documento recomenda:

- Relevância social

Foram selecionadas práticas da cultura corporal que têm presença marcante na sociedade brasileira, cuja aprendizagem favorece a ampliação das capacidades de interação sociocultural, o usufruto das possibilidades de lazer, a promoção e a manutenção da saúde pessoal e coletiva.

Considerou-se também de fundamental importância que os conteúdos da área contemplem as demandas sociais apresentadas pelos Temas Transversais.

- Características dos alunos

A definição dos conteúdos buscou guardar uma amplitude que possibilite a consideração das diferenças entre regiões, cidades e localidades brasileiras e suas respectivas populações. Além disso, tomou-se também como referencial a necessidade de considerar o crescimento e as possibilidades de aprendizagem dos alunos nesta etapa da escolaridade.

- Características da própria área

Os conteúdos são um recorte possível da enorme gama de conhecimentos que vêm sendo produzidos sobre a cultura corporal e estão incorporados pela Educação Física. (BRASIL, 1997, p. 35)

Os conteúdos estão organizados em três blocos e são desenvolvidos nas séries iniciais do Ensino Fundamental de forma interligada, articulando-se entre si. São eles: esportes, jogos, lutas e ginásticas; atividades rítmicas e expressivas; conhecimentos sobre o corpo. Fazem parte dos conhecimentos sobre o corpo, noções básicas relacionadas aos aspectos anatômicos, fisiológicos, que serão abordados através da percepção do próprio corpo, por meio de sensações ocorridas no decorrer das atividades físicas. Sensações imediatas como alteração dos batimentos cardíacos, suor, evoluindo para as de médio e longo prazo como as relacionadas ao fortalecimento muscular, dentre outras. Do ponto de vista prático, as habilidades motoras devem ser incorporadas em toda a escolaridade; do ponto de vista teórico, os conceitos básicos adquiridos a respeito do corpo, devem ser incorporados durante a evolução dos ciclos por parte dos alunos, podendo “ser observadas e apreciadas principalmente dentro dos esportes, jogos, lutas e danças”. (BRASIL, 1997, p. 36)

Consta, ainda, no documento, critérios de avaliação em Educação Física que,

[...] consideram que a avaliação deve ser algo útil, tanto para o aluno como para o professor, para que ambos possam dimensionar os

avanços e as dificuldades dentro do processo de ensino e aprendizagem e torná-lo cada vez mais produtivo. (BRASIL, 1997, p. 37)

3.3 A SAÚDE E A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (DCN)

As Diretrizes Curriculares Nacionais têm origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, no seu art. 9º, inciso IV, que assinala ser incumbência da União:

[...] estabelecer, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

Fixadas pelo Conselho Nacional de Educação, através da Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010, as Diretrizes Curriculares Nacionais, são normas estabelecidas para a Educação Básica, que orientam a elaboração do planejamento curricular das escolas nos sistemas de ensino. O Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, estabelece:

A educação escolar, comprometida com a igualdade de acesso ao conhecimento a todos e especialmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, será uma educação com qualidade social e contribuirá para dirimir as desigualdades historicamente produzidas, assegurando, assim, o ingresso, a permanência e o sucesso de todos na escola, com a consequente redução da evasão, da retenção e das distorções de idade/ano/série. (BRASIL, 2010, p. 107) *

Nesse contexto, os sistemas de ensino e as escolas devem adotar em suas políticas educativas e nas ações pedagógicas, os seguintes princípios:

Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito e discriminação.

Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; de busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; de exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; de redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

Estéticos: de cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; de enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; de valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira; de construção de identidades plurais e solidárias. (BRASIL, 2010, p. 107-108)*

Sendo assim, a questão da saúde está relacionada às abordagens dos princípios políticos e sociais nas ações pedagógicas, abordando temas como a diversidade e as desigualdades sociais. As Diretrizes Curriculares Nacionais consideram que as escolas têm autonomia em relação à sua proposta pedagógica, incentivando a formulação do seu próprio currículo, dentro das áreas do conhecimento, estabelecendo prioridades, considerando aspectos relevantes, desenvolvendo conteúdos adequados ao contexto que julgarem necessários. O conteúdo específico de cada área do conhecimento deve ter relevância social, tendo potencial significativo para o desenvolvimento das capacidades dos alunos, visando uma educação pautada no exercício da cidadania.

Em relação à Educação Física, as Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecem:

A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra a proposta político-pedagógica da escola e será facultativa ao aluno apenas nas circunstâncias previstas na LDB². (BRASIL, 2010, p. 114) *

As Diretrizes Curriculares Nacionais fundamentam-se nos Quatro Pilares da Educação³ para responder aos desafios das novas sociedades do século XXI, cabendo à educação transmitir:

* Dados coletados a partir do documento das Diretrizes Curriculares Nacionais (2010), atualizados e redigidos pela ação do Conselho Nacional de Educação, em Brasília, 2013.

² Que circunstâncias a LDB prevê para tornar a EF facultativa – Em qualquer nível de todos os sistemas de ensino, é facultativa a participação nas atividades físicas programadas: a) aos alunos do curso noturno que comprovarem, mediante carteira profissional ou funcional, devidamente assinada, exercer emprego remunerado em jornada igual ou superior a seis horas; b) aos alunos maiores de 30 anos de idade; c) aos alunos que estiverem prestando serviço militar na tropa; d) aos alunos amparados pelo Decreto-lei 1044 de 21 de outubro de 1969, mediante laudo do médico assistente do estabelecimento (CASTELLANI FILHO, 1997, p. 21).

³ Esses Quatro Pilares da Educação foram estabelecidos pelo Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI da UNESCO – conhecido como Relatório Jacques Delors (presidente da comissão), publicado pela primeira vez em 1996, no Brasil, pelo Ministério da

[...] cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro e a cada indivíduo, estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança. Para dar essa resposta, a educação deve organizar-se em torno de quatro pilares fundamentais: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. (DELORS, 2001, p. 89-90)

Dessa forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais apontam para um discurso em que o Estado é o responsável pela educação do povo, quando propõe uma educação fundamentada nos quatro pilares do conhecimento evidenciando que, “o objetivo é preparar a criança para se adequar às mudanças constantes no processo de trabalho, formando indivíduos qualificados e criativos” (MARTINS & NOMA, 2002, p. 5).

Na Educação Física estes quatro pilares estão interligados de forma a conduzir uma formação integral do indivíduo; primeiro consigo mesmo, através do conhecimento de seu corpo (aprender a conhecer); aprendendo a fazer, quando na execução dos movimentos desse corpo; no espírito de equipe, aprendendo a conviver; e, por fim, aprendendo a ser íntegro física e mentalmente.

Nesse sentido, as DCNs (2010) têm como proposta formar indivíduos que construam sentido para o mundo e que sejam capazes de compreender de maneira crítica o contexto social e histórico no qual estão inseridos. Portanto, ao ter acesso ao conhecimento sejam capazes de interferir de forma cidadã na transformação da sociedade.

Nessa perspectiva, o processo de avaliação, visa contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagens apresentadas pelos alunos, estabelecendo mudanças significativas para que essas aprendizagens se concretizem, aproximando a escola da comunidade e do espaço onde os alunos estão inseridos.

3.4 A SAÚDE E A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS (DCE)

As Diretrizes Curriculares Estaduais (2008) nasceram a partir de um esforço coletivo, em forma de debates e discussões ocorridos desde 2004, com profissionais da Rede Estadual de Ensino. Efetivando-se no ano de 2008 e fundamentando o trabalho pedagógico nas concepções teórico-metodológicas que organizam o trabalho educativo, com o objetivo de recuperar a concepção de escola que constitui “a alternativa concreta de acesso ao saber, entendido como conhecimento sistematizado na instituição escolar.” (PARANÁ, 2008, s/p)

O documento constitui-se em dois textos assim estruturados: o primeiro sobre a Educação Básica, remetendo à concepção de currículo em sua forma de organização, fundamentadas pelos conceitos de conhecimento, conteúdos escolares, interdisciplinaridade, contextualização e avaliação.

O segundo texto refere-se às disciplinas de formação e atuação, no nosso caso, a Educação Física, num breve histórico sobre a disciplina, procurando contextualizar os interesses políticos, econômicos e sociais que possam interferir na seleção dos saberes e nas práticas pedagógicas realizadas nas escolas.

Complementado, o documento apresenta os fundamentos teórico-metodológicos e os conteúdos estruturantes que devem fazer parte da organização do trabalho docente.

Assim, a Educação Física surge no cenário como disciplina escolar fundamentando-se nas pedagogias críticas, em oposição às abordagens higienistas, biologistas e militaristas, optando-se nestas Diretrizes Curriculares Estaduais pelo acesso dos alunos aos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade e pelo contexto em que estão inseridos.

Com isso, as Diretrizes Curriculares Estaduais (2008) apresentam como objeto de estudo da Educação Física a cultura corporal como se pode observar na citação:

Dentro de um projeto mais amplo de educação do Estado do Paraná, entende-se a escola como um espaço que, dentre outras funções, deve garantir o acesso aos alunos ao conhecimento produzido historicamente pela humanidade. Nesse sentido, partindo de seu objeto de estudo e de ensino, Cultura Corporal, a Educação Física se insere neste projeto ao garantir o acesso ao conhecimento e à reflexão crítica das inúmeras manifestações ou práticas corporais historicamente produzidas pela humanidade, na busca de contribuir com um ideal mais amplo de

formação de um ser humano crítico e reflexivo, reconhecendo-se como sujeito, que é produto, mas também agente histórico, político, social e cultural. (PARANÁ, 2008, p. 49)

Assumindo uma perspectiva mais abrangente, as Diretrizes Curriculares Estaduais (2008) colocam a saúde como um dos elementos articuladores da Educação Física na Educação Básica. Segundo o documento, estes elementos articuladores.

[...] alargam a compreensão das práticas corporais, indicam múltiplas possibilidades de intervenção pedagógica em situações que surgem no cotidiano escolar. São, ao mesmo tempo, fins e meios do processo de ensino/aprendizagem, pois devem transitar pelos Conteúdos Estruturantes e específicos de modo a articulá-los o tempo todo. (PARANÁ, 2008, p. 54)

Tais elementos articuladores interligam as práticas corporais de forma reflexiva e contextualizada, favorecendo a transformação do ensino da Educação Física na escola. Os elementos articuladores, de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais (2008, p. 53) estão assim relacionados:

- Cultura Corporal e Corpo;
- Cultura Corporal e Ludicidade;
- Cultura Corporal e Saúde;
- Cultura Corporal e Mundo do Trabalho;
- Cultura Corporal e Desportivização;
- Cultura Corporal – Técnica e Tática;
- Cultura Corporal e Lazer;
- Cultura Corporal e Diversidade;
- Cultura Corporal e Mídia.

O elemento articulador denominado “Cultura Corporal e Saúde” permite entender a saúde como “construção que supõe uma dimensão histórico-social” (PARANÁ, 2008, p.53), não considerando a saúde como querer individual. Propõe, ainda, considerar elementos constitutivos da saúde como: nutrição, aspectos anátomo-fisiológicos da prática corporal, lesões e primeiros socorros, doping.

Portanto, nestas Diretrizes “os cuidados com a saúde não podem ser atribuídos tão somente a uma responsabilidade do sujeito, mas sim,

compreendidos nas relações sociais, por meio de práticas e análises críticas dos discursos a ela relativos.” (PARANÁ, 2008, p.56)

Nessa perspectiva os Conteúdos Estruturantes contemplam os fundamentos da disciplina, articulando-se com os aspectos políticos, econômicos, sociais, históricos, culturais, valorizando as subjetividades que envolvem o trabalho coletivo, “na convivência com as diferenças, na formação social crítica e autônoma”. (PARANÁ, 2008, p. 62-63)

Os Conteúdos Estruturantes propostos para a Educação Física na Educação Básica, no documento estão assim relacionados: esportes, jogos e brincadeiras, ginástica, lutas e dança.

As DCE (2008), também destacam o trabalho do professor esperando que os mesmos desenvolvam um trabalho efetivo com os alunos na disciplina de Educação Física, “cuja função social é contribuir para que ampliem sua consciência corporal e alcancem novos horizontes, como sujeitos singulares e coletivos.” (PARANÁ, 2008, p. 75)

Nessa perspectiva, espera-se uma compreensão a respeito de que a dimensão corporal “é resultado de experiências objetivas, fruto de nossa interação social, nos diferentes contextos em que se efetiva, sejam eles a família, a escola, o trabalho e o lazer.” (PARANÁ, 2008, p. 75)

Quanto à Avaliação em Educação Física, um dos aspectos relevantes a se considerar de acordo com as DCE (2008) é a não exclusão, isto é, “a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem de todos os alunos, de modo que permeie o conjunto de ações pedagógicas e não seja um elemento externo a esse processo.” (PARANÁ, 2008, p. 77)

Assim, os critérios de avaliação devem considerar o comprometimento e o envolvimento dos alunos no processo pedagógico.

3.5 A SAÚDE E A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS DIRETRIZES CURRICULARES MUNICIPAIS (DCM)

Com o objetivo de oferecer uma educação de qualidade, reflexões e estudos foram realizados por educadores do Município de Curitiba, ao longo do ano de 2005, estabelecendo-se um documento relativo às Diretrizes Curriculares

Municipais, que vigora desde 2006 até os dias de hoje (2017). Esse documento foi redigido para nortear as práticas pedagógicas nos Centros Municipais de Educação Infantil e nas Escolas Municipais, onde se oferta o Ensino Fundamental, hoje de nove anos.

As Diretrizes Curriculares Municipais (2006) elegem o movimento como objeto de estudo da Educação Física Escolar, sendo o elemento principal da cultura corporal. A prática pedagógica deve incentivar o desenvolvimento da consciência do corpo e dos movimentos produzidos por ele, através da transmissão dos conteúdos previstos pelos eixos norteadores: ginástica, dança, jogo, luta e esporte, democraticamente conduzidos, de forma não seletiva e inclusiva, considerando as características individuais em todas as dimensões: cognitiva, corporal, afetiva, ética de relação interpessoal e inserção social.

Contudo, em relação à saúde dos alunos as DCM (2006, p. 74) enfatizam que uma das tarefas fundamentais da Educação Física é educar os alunos para um estilo de vida saudável e, que, os mesmos incluam atividades físicas no seu cotidiano e que as realizem com prazer, compreendendo os princípios básicos relacionados à saúde e à aptidão física.

Recomenda-se nesse documento que estas práticas e conceitos relacionados à saúde sejam introduzidos a partir dos anos finais do Ensino Fundamental; para os alunos do primeiro ciclo, propõem-se práticas corporais que desenvolvam apenas as habilidades motoras e que adquiram principalmente o gosto pela atividade física introduzida de forma lúdica, sem causar malefícios ao desenvolvimento integral dos alunos.

Sendo assim, ressaltamos, entretanto, que o nosso objeto de pesquisa está relacionado à temática da saúde e fundamentado na hipótese de que estes conceitos básicos relacionados a mesma podem ser adaptados e disponibilizados para a faixa etária do Ciclo I do Ensino Fundamental, coerente com a compreensão de saúde colocada nas DCE e DCM.

Complementando faremos uma síntese referente aos objetivos, aos critérios de avaliação e aos conteúdos (ginástica, jogo, luta, dança, esporte), de acordo com o Quadro 3, elaborado por esta pesquisadora a partir do documento oficial – (CURITIBA, 2006, p. 75-76-77-78) - onde estão representados os

elementos considerados básicos, para a apreensão do conhecimento por parte dos alunos, na disciplina de Educação Física, no Ensino Fundamental de nove anos, Ciclo I, relativos aos anos 1º, 2º, 3º e 4º.

QUADRO 3: OBJETIVOS, CONTEÚDOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO para a disciplina de Educação Física para o Ciclo I do Ensino Fundamental.

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Vivenciar elementos da cultura corporal (ginástica, dança, jogo e luta), orientando-se em espaços e tempos necessários a essas práticas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construir outras possibilidades de movimentar-se corporalmente, reelaborando as práticas vivenciadas, com apoio dos professores e dos colegas. - Reconhecer suas possibilidades de movimentação corporal, percebendo-se como único, diferente de seus colegas, compreendendo e respeitando as diferenças individuais. - Interagir, dentro do ambiente escolar, adotando atitudes de respeito, na tentativa de superar inibições e/ou atitudes de preconceito/discriminação. - Resolver as situações de conflito surgidas com os colegas na realização das práticas corporais, por meio do diálogo. - Aplicar os conhecimentos adquiridos na resolução de desafios corporais, com apoio dos professores e dos colegas. 	<p><i>Ginástica: Elementos Fundamentais da ginástica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Habilidades básicas (andar, correr, saltar, lançar, chutar, etc.) em diversas formas, com e sem material. <p><i>Ginástica geral:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Elementos da ginástica associados a outros elementos da Cultura Corporal, de forma livre e criativa. <p><i>Elementos da ginástica artística (olímpica):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Rolamento para frente e para trás; Roda ou estrela; Ponte; Vela; Parada de três apoios; Parada de dois apoios (com ajuda). <p><i>Elementos da ginástica rítmica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Mãos livres; Com arco; Com bola; Com corda; Com maça; Com fita. <p><i>Relaxamento.</i></p> <p><i>Dança: Movimentos da dança:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Elementos básicos: saltos, quedas, giros, deslizamentos, rolamentos, movimentações dos braços, balanceios, em diferentes planos, apoios, direções e tempos. 	<p>Verificar se o estudante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Movimenta-se corporalmente, dentro da prática corporal trabalhada, demonstrando domínio motor. - Constrói, a partir da reelaboração do conteúdo trabalhado, outras formas de movimentar-se corporalmente, com apoio dos professores e colegas. - Reconhece suas possibilidades de movimentação corporal dentro do conteúdo trabalhado, seus limites e seus avanços na execução do movimento. - Compreende e respeita as diferenças pessoais na execução do movimento corporal. - Interage corporalmente com os colegas dentro da prática vivenciada, com atitudes de respeito, superando preconceitos e discriminações. - Supera inibições próprias referentes à execução da atividade trabalhada. - Resolve situações de conflito com os colegas, por meio do diálogo. - Aplica os conhecimentos adquiridos na resolução de desafios corporais. - Aceita e participa de atividades práticas trazidas pelos colegas. - Percebe em seu corpo as alterações corporais

<p>- Respeitar a diversidade cultural, participando de atividades trazidas pelos colegas.</p> <p>- Reconhecer algumas das alterações fisiológicas que ocorrem em seu corpo durante e após a realização das práticas corporais (cansaço, elevação dos batimentos cardíacos, sudorese, aumento da frequência respiratória).</p> <p>- Reconhecer, nos elementos da cultura corporal, uma opção de prática para o preenchimento sadio do tempo livre.</p> <p>- Participar de práticas corporais que possibilitem o reconhecimento do corpo como meio de comunicação, de expressão e de atuação nas relações sociais.</p>	<p><i>Atividades rítmicas e expressivas:</i></p> <p>- Expressão corporal espontânea, em diferentes ritmos.</p> <p>Cantigas de roda e brinquedos cantados:</p> <p>- Formas variadas e em diferentes movimentações.</p> <p><i>Danças folclóricas:</i></p> <p>- Regionais; Nacionais; Internacionais.</p> <p><i>Danças populares:</i></p> <p>- Diversos ritmos nacionais e internacionais.</p> <p><i>Jogos:</i></p> <p><i>Psicomotores:</i></p> <p>- Jogos que desenvolvam as condutas psicomotoras: lateralidade, coordenação motora ampla e fina, coordenação oculomanual e oculopedal, equilíbrio, organização e orientação espaço-temporal, ritmo, etc.</p> <p><i>Tradicionalis:</i></p> <p>- Jogos resgatados das brincadeiras antigas.</p> <p><i>Cooperativos:</i></p> <p>- Jogos de socialização.</p> <p><i>Sensoriais:</i></p>	<p>provocadas pelo exercício físico, tais como: cansaço, elevação dos batimentos cardíacos, sudorese, aumento da frequência respiratória.</p> <p>- Realiza, fora do contexto escolar, elementos da cultura corporal em tempos livres.</p> <p>- Participa e se expressa em atividades corporais.</p>
--	---	---

	<p>- Jogos que envolvem a estimulação dos sentidos.</p> <p><i>Interpretativos:</i></p> <p>- Jogos de dramatização e de imitação como representação simbólica.</p> <p><i>Recreativos:</i></p> <p>- Jogos de perseguição; Jogos com ou sem materiais; Jogos que envolvem elementos de ataque e defesa.</p> <p><i>Intelectivos:</i></p> <p>- Jogos de raciocínio lógico.</p> <p><i>Luta:</i></p> <p><i>Capoeira:</i></p> <p>- Histórico; Movimentações básicas de ataque e defesa; Jogo e vivência na roda.</p> <p><i>Elementos da luta:</i></p> <p>- Histórico; Habilidades básicas; Rolamentos; Técnicas de mão; Técnicas de perna; Deslocamento do corpo; Domínio no solo.</p> <p><i>Atividades recreativas:</i></p> <p>- Atividades que envolvam situações de desequilíbrio, imobilização ou exclusão de determinado espaço.</p>	
--	---	--

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora a partir das Diretrizes Curriculares Municipais (CURITIBA, 2006, p. 75,76,77,78)

Ao analisarmos os objetivos específicos a serem alcançados pelos alunos no Ciclo I, percebemos que essa faixa etária deve ser motivada a despertar a sua autonomia em relação ao movimento corporal, dentro dos conteúdos (ginástica, dança, jogo, luta), através das práticas pedagógicas, proporcionando aos educandos a vivência, a participação e a interação com o meio em que estão inseridos. Reconhecendo-se no contexto da cultura corporal e aplicando os conhecimentos adquiridos na resolução de desafios corporais, com o apoio dos professores e colegas. Partindo desta perspectiva,

[...] concebe-se a Educação Física escolar como uma área do conhecimento que, por meio da prática pedagógica, aborda elementos da cultura corporal, entendendo-se por esse termo os conhecimentos acerca do movimento historicamente construídos e socialmente transmitidos. (CURITIBA, 2006, p.66)

Verificando as informações relacionadas aos conteúdos no quadro acima, percebemos que as recomendações contidas no documento procuram desenvolver junto aos alunos, práticas corporais em uma dimensão procedimental, tendo como base os eixos norteadores das práticas pedagógicas que são: a ginástica, a dança, a luta, o jogo.

No eixo norteador da Ginástica os encaminhamentos pedagógicos são direcionados ao desenvolvimento dos elementos básicos (correr, andar, saltar, pular, etc) associados aos elementos da ginástica geral e a outros da cultura corporal executados de forma livre e criativa. Também são inseridos nesse eixo, os elementos referentes a Ginástica Artística (rolamentos, parada em dois apoios, estrela, etc) e da Ginástica Rítmica sem e com aparelhos (arco, corda, massa, fita, bola).

A dança, outro componente do eixo norteador, vem representado pelo desenvolvimento de elementos básicos (saltos, giros, balanceios, etc) executados em vários planos, apoios, direções e tempos. As atividades rítmicas englobam todas as formas de expressão espontânea desenvolvidas em vários ritmos, bem como as cantigas e brincadeiras de roda, as danças folclóricas (nacionais, regionais, etc) e as danças populares.

Os Jogos são classificados em: Psicomotores (desenvolvem a lateralidade, coordenação motora geral, equilíbrio, noção espaço-temporal, etc); Tradicionais, Cooperativos, Interpretativos, Sensoriais e Recreativos.

A Luta, por sua vez, vem representada tradicionalmente pela Capoeira sendo explorado os seus elementos básicos de ataque e defesa peculiares à luta, associados as informações a respeito do seu histórico e sua importância no contexto nacional.

Sendo assim, além dos conteúdos procedimentais peculiares à disciplina, outros, também podem estar relacionados às dimensões conceituais e atitudinais, como:

- Reconhecer algumas das alterações fisiológicas que ocorrem em seu corpo durante e após a realização das práticas corporais (cansaço, elevação dos batimentos cardíacos, sudorese, aumento da frequência respiratória).

E, em relação à socialização:

- Reconhecer, nos elementos da cultura corporal, uma opção de prática para o preenchimento sadio do tempo livre.

Os critérios de avaliação remetem à verificação do professor realizada junto aos alunos quanto à realização dos conteúdos, de forma que os mesmos possam:

- Reconhecer suas possibilidades de movimentação corporal dentro do conteúdo trabalhado, seus limites e seus avanços na execução do movimento.

- Aplicar os conhecimentos adquiridos na resolução de desafios corporais.

- Perceber em seu corpo as alterações corporais provocadas pelo exercício físico, tais como: cansaço, elevação dos batimentos cardíacos, sudorese, aumento da frequência respiratória.

Lembrando que, todos estes elementos são desenvolvidos ao longo do ano letivo, conforme a distribuição no planejamento de cada professor, que tem autonomia total para desenvolvê-los com os alunos, da melhor maneira possível respeitando as suas potencialidades e habilidades, motoras e cognitivas na

realização de tais de práticas corporais. Nessa fase do desenvolvimento dos alunos o mais importante é a vivência do movimento e não a busca da perfeição do mesmo.

3.6 A EDUCAÇÃO FÍSICA E O PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO

As mudanças ocorridas historicamente influenciaram, de modo geral, a Educação no Brasil. Com o fim da Ditadura Militar e a democratização do país, “a escola no Brasil passa a ser vista como espaço possível, de direito, para todos, pelo menos no discurso educacional” (VENÂNCIO & DARIDO, 2012, p. 97).

A Educação Física escolar como componente curricular obrigatório também é responsável pela formação do cidadão; o professor de Educação Física, como membro do coletivo escolar, deve participar da elaboração deste importante documento, assumindo a sua responsabilidade política e pedagógica, diante das tarefas a serem desenvolvidas. Contudo, sabemos que este envolvimento não é tarefa fácil e cabe ao coletivo escolar tentar ultrapassar todas as barreiras, em prol da qualidade do ensino e do trabalho dos profissionais envolvidos.

Para Rios⁴ (1995, apud Venâncio & Darido, 2012, p. 101) a qualidade do trabalho educativo não depende de uma única pessoa ou área de conhecimento – define-se na relação com os outros. Nesse sentido, a Educação Física escolar deve assumir um papel participativo, dentro das finalidades da disciplina, compondo com o coletivo, para entender o papel e a função da escola e dos demais componentes curriculares.

⁴ RIOS, Terezinha, Ética e competência. São Paulo: Cortez, 1995.

3.6.1 O Projeto Político Pedagógico (PPP)

O Conselho Nacional de Educação, constituído por seus conselheiros, representantes dos sistemas de ensino estaduais e municipais, dentre outros, após vários debates, seminários, audiências públicas, constituíram a atualização do documento das Diretrizes Curriculares Nacionais (2010), sendo redigido no ano de 2013. O objetivo da atualização do documento foi atender novas demandas educacionais geradas por transformações sociais e econômicas ocorridas nos últimos anos. O documento foi elaborado em um volume, de 562 páginas, e distribuído para as redes de ensino municipais e estaduais, a fim de proporcionar o acesso aos textos produzidos pelo Conselho Nacional de Educação a todos os membros da comunidade escolar.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2010), o Projeto Político Pedagógico é uma exigência estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, deve ser adotado como proposta ou projeto pedagógico, e ser elaborado coletivamente pela comunidade escolar (professores, gestores, representante dos alunos e das famílias da comunidade local, funcionários) em prol da construção da autonomia de cada escola, manifestando o seu ideal de educação e traçando a identidade da instituição.

Esse documento define, que o Projeto Político Pedagógico,

[...] É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social. Autonomia pressupõe liberdade e capacidade de decidir a partir de regras relacionais. O exercício da autonomia administrativa e pedagógica da escola pode ser traduzido como a capacidade de governar a si mesmo, por meio de normas próprias.

[...]

A autonomia da escola numa sociedade democrática é, sobretudo, a possibilidade de ter uma compreensão particular das metas da tarefa de *educar e cuidar* [...] (BRASIL, 2010, p. 47)

E, ainda, considera que:

[...] O projeto político-pedagógico deve, pois, ser assumido pela comunidade educativa, ao mesmo tempo, como sua força indutora do processo participativo na instituição e como um dos instrumentos de conciliação das diferenças, de busca da construção de responsabilidade compartilhada por

todos os membros integrantes da comunidade escolar, sujeitos históricos concretos, situados num cenário geopolítico preenchido por situações cotidianas desafiantes. (BRASIL, 2010, p. 47)

Com relação à elaboração do Projeto Político Pedagógico, o documento destaca que: “a concepção de currículo e de conhecimento escolar deve ser enriquecida pela compreensão de como lidar com temas significativos que se relacionem com problemas e fatos culturais relevantes da realidade em que a escola se inscreve”. (BRASIL, 2010, p. 48)

Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico deve constituir-se:

I – do diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizado no espaço e no tempo;

II - da concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;

III – da definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que nela se refletem;

IV – de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (SAEB, Prova Brasil, dados estatísticos resultantes das avaliações em rede nacional e outras; pesquisas sobre os sujeitos da Educação Básica), incluindo resultados que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros;

V – da implantação dos programas de acompanhamento do acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar;

VI – da explicitação das bases que norteiam a organização do trabalho pedagógico tendo como foco os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados, de representação estudantil e dos pais). (BRASIL, 2010, p. 48-49)

Na obra Metodologia do Ensino de Educação Física, o Coletivo de Autores destaca que um projeto político pedagógico,

[...] representa uma intenção, ação deliberada, estratégia. É político porque expressa uma intervenção em determinada direção e é pedagógico porque realiza uma reflexão sobre a ação dos homens na realidade explicando suas determinações. (COLETIVO de AUTORES, 2012, p. 27)

Em relação ao educador, recomenda:

Todo educador deve ter definido o seu projeto político-pedagógico. Essa definição orienta a sua prática no nível da sala de aula: a relação que estabelece com os seus alunos, o conteúdo que seleciona para ensinar e como o trata científica e metodologicamente, bem como os valores e a lógica que desenvolve nos alunos.

[...]

Trata-se de compreender como o projeto político-pedagógico se realiza na escola, como se materializa no currículo. (COLETIVO de AUTORES, 2012, p. 27-28)

Com essas intencionalidades o projeto político pedagógico é mantido como documento norteador das ações pedagógicas da escola. De modo flexível, busca a qualidade do trabalho escolar, pois a qualidade “implica consciência crítica e capacidade de ação, saber e mudar”. (DEMO, 1994, p. 19)

Da mesma forma, Vasconcelos (1995, p. 143) reforça que o projeto político pedagógico:

É um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição.

Portanto, a Educação Física como “componente curricular obrigatório” deve estar contemplada no PPP, reafirmar sua finalidade como disciplina promotora de conhecimentos da “cultura corporal”, não de forma isolada, mas inserindo-se numa cultura maior, mantendo-se integrada às propostas dos componentes do currículo escolar e da comunidade, para a elaboração e efetivação de um projeto comum. Esta ação reflexiva pode contribuir de forma significativa às transformações contemporâneas, que na opinião da pesquisadora, precisam ser revistas de tempos em tempos, a fim de que a escola acompanhe as demandas urgentes e possivelmente modificáveis.

Ao adotar uma postura mais participativa e valorizando a força que pode ter este documento junto às propostas da escola, o professor de Educação Física pode vir a contribuir, de forma positiva, dada a diversidade de concepções nas quais a disciplina está inserida. Mas, para que isso se efetive, o conhecimento prévio no que diz respeito às Leis, aos alunos, à escola e à comunidade, à área de conhecimento específica são requisitos fundamentais à elaboração e à contribuição deste profissional ao Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

3.6.2 A Educação Física no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal selecionada

Tivemos acesso ao Projeto Político Pedagógico da escola selecionada através da pedagoga que, prontamente, nos cedeu o documento para que pudéssemos analisá-lo. O Projeto Político Pedagógico desta escola está em vigor desde o ano de 2012.

A escola selecionada encontra-se localizada num bairro da periferia da cidade de Curitiba, inserida num contexto social diversificado, envolvendo alunos, na maioria, de classe social economicamente desfavorecida. Alguns destes alunos vivem em condições precárias de habitação, alimentação e higiene. Com isso, essa unidade escolar assume uma filosofia de acolhimento, tentando exercer um papel positivo na formação cidadã dos alunos visando o bem-estar dos mesmos. Com a preocupação em abordar vários temas como: saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, cultura, linguagens, ciência e tecnologia, essa escola procura envolver-se num projeto interdisciplinar, que através de ações pedagógicas planejadas (feiras, eventos comemorativos, momento cultural) procura integrar as áreas (ex.: Artes, Educação Física) com outros componentes que integram o espaço escolar (demais professores, funcionários, comunidade) numa ação coletiva e social.

A estrutura escolar comporta turmas de pré-escola até o quinto ano do Ensino Fundamental e ainda uma classe de alunos especiais. A formação e o aprimoramento dos professores e funcionários são incentivados através de cursos oferecidos pela unidade mantenedora das escolas municipais. Reforço escolar, aulas de inglês e de futebol são oferecidas aos alunos em horário de contra turno.

A Educação Física como componente do currículo do Ensino Fundamental tem seus horários distribuídos para todas as turmas, com aulas de 50 minutos, ofertadas duas vezes por semana. O espaço físico para a realização das aulas é privilegiado; conta com duas quadras poliesportivas, sendo uma delas com cobertura, possibilitando a prática das atividades físicas mesmo em dias de chuva. Além disso, os materiais pedagógicos são diversificados e atendem às necessidades básicas para uma aula de Educação Física. Conta com um efetivo de três professores graduados em Educação Física, distribuídos de acordo com as séries.

As práticas pedagógicas desenvolvidas por estes profissionais, segundo o Projeto Político Pedagógico da escola tem como objetivo proporcionar o “desenvolvimento da consciência corporal dando significado às ações e efetivando o movimento consciente, por meio dos conteúdos dos eixos norteadores da ginástica, da dança, do jogo, da luta e do esporte [...]” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2012, p. 49) desenvolvidos de forma bimestral. Infelizmente, constatamos, que, a citação contida no texto do documento apenas foi transcrita das Diretrizes Curriculares Municipais (2006, p. 66), o que pode demonstrar a fragilidade da Educação Física nesta escola que parece ter nessa disciplina escolar, pouca credibilidade, apresentando-se sua proposta neste documento de forma pouco densa, apontando apenas aspectos genéricos. Esperamos, por meio deste estudo, obter informações que possam se tornar relevantes para a reflexão dos profissionais envolvidos, tanto para reelaboração do Projeto Político Pedagógico da escola no momento oportuno, quanto para uma melhor orientação para a prática desses profissionais.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é de abordagem qualitativa, com base no que considera Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p. 21)

Como técnica de coleta de informações utilizamos como instrumentos, as entrevistas semiestruturadas que, de acordo com Trivños, permitem evidenciar:

[...] parte dos questionamentos básicos, fundamentado nas teorias e nas hipóteses que interessam à pesquisa, oferecendo-lhe uma diversidade de interrogativas a partir das respostas dos entrevistados (informantes), ou seja, no momento em que o informante seguindo espontaneamente a sua linha de pensamento, responde os questionamentos e a partir desse momento o informante passa a participar da elaboração do conteúdo questionado pela pesquisa. (TRIVÑOS, 1987, p. 146)

E, também, a técnica de observação direta foi utilizada na coleta de informações, afirmando o que destaca Gil (2010, p.100): “A observação apresenta

como principal vantagem, em relação às outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação.”

Além disso, a análise documental também foi necessária, pois com base em Ludke e André (1996, p. 39), tal procedimento: “[...] constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Para essa análise, o documento disponibilizado pela escola foi o Projeto Político Pedagógico (2012) em vigor até os dias de hoje, além de outros documentos de âmbito nacional, estadual e local, como já discutido anteriormente.

Na etapa do estudo em que se fez necessária a interpretação das informações coletadas, utilizamos a técnica de análise de conteúdo que conforme Bardin (1977, p. 31), “é um conjunto de técnicas de análise da comunicação”.

Portanto, a partir destas considerações, constituímos os seguintes subtítulos deste capítulo: o estudo exploratório, realizado na primeira etapa da pesquisa; a coleta e registro de informações em campo, realizada na segunda etapa da pesquisa; e, por fim, a análise de conteúdo das entrevistas realizadas.

4.1 ESTUDO EXPLORATÓRIO

“Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal...” (MINAYO, 2001, p. 25)

Iniciamos o processo denominado fase exploratória que, segundo Minayo (2001, p. 26), é um “tempo dedicado a interrogarmos preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada, e as questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo”.

No primeiro momento, fizemos um levantamento em banco de teses e dissertações da Capes, a fim de encontrarmos trabalhos que se compatibilizavam com o estudo em questão. Contudo, a maioria destes, em função do tema saúde, são fundamentados em concepções biológicas, revelando uma certa escassez de estudos com o foco nas Ciências Sociais, julgadas necessárias à compreensão da área da Educação Física contemporânea. Destacamos, portanto, os seguintes artigos e seus respectivos autores, com os quais procuramos contextualizar e

fundamentar os nossos objetivos relacionados ao objeto dessa pesquisa. São eles: Palma (2001) Educação Física, Corpo e Saúde: Uma Reflexão sobre os outros “modos de olhar”; Carvalho (2001) Atividade Física e Saúde: Onde está e quem é o “sujeito” da relação?; Ferreira e Sampaio (2010) O papel da saúde nas tendências e abordagens pedagógicas da Educação Física Escolar; Darido e Venâncio (2012) A Educação Física escolar e o Projeto Político Pedagógico: um processo de construção coletiva a partir da pesquisa-ação.

Depois, buscamos os referenciais teóricos que nos levassem à apropriação da fundamentação necessária para o desenvolvimento da pesquisa. Considerando que o objeto de estudo concentra-se na investigação das práticas pedagógicas de Educação Física, com alunos das séries iniciais (1ª a 4ª séries) do Ensino Fundamental, encontramos em Zabala (1998/1999) e Franco (2015) a contextualização necessária para tal fundamentação.

Outros autores como Marinho (1980), Ramos (1982) e Castellani Filho (1988) contribuíram através de suas respectivas obras, para a contextualização histórica relevante à compreensão da relação da saúde e das práticas corporais na disciplina de Educação Física bem como sua evolução através do tempo.

A partir de Darido (2001/2003), de Daolio (1995) e do Coletivo de Autores (2012) fundamentamos o objeto de estudo da Educação Física, que é o movimento contemplado na perspectiva da cultura corporal, no contexto de uma abordagem crítica que possibilita ampliar o conceito de homem, de saúde e da educação física. Esta é também a abordagem dos documentos oficiais (DCE/DCM) que norteiam a conduta a ser adotada nas práticas pedagógicas dos professores de Educação Física, das escolas da rede Estadual e Municipal de Ensino Fundamental.

Com isso, durante o estudo exploratório, julgou-se necessária a análise dos documentos oficiais que norteiam as práticas pedagógicas da Educação Física vigentes nas escolas públicas da Rede Municipal de Curitiba, local da coleta informações, quando na etapa da pesquisa de campo.

Embora o objeto de estudo dessa pesquisa tenha sido concentrada em uma escola pública da Rede Municipal de Ensino Fundamental, as análises dos demais documentos, Estaduais e Nacionais se tornaram também necessárias à

compreensão a respeito do tema abordado, propiciando assim a apreensão de fatos relevantes ao objeto da pesquisa. Dentre os documentos analisados estão: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), as Diretrizes Curriculares Nacionais (2010), as Diretrizes Curriculares Estaduais (2008), as Diretrizes Curriculares Municipais (2006) e o Projeto Político Pedagógico (2012) da escola selecionada.

4.2 COLETA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES EM CAMPO

Acompanhando o ciclo da pesquisa, estabelecemos o trabalho de campo, que de acordo com Minayo,

[...] consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento. Essa etapa combina entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional etc. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias. (MINAYO, 2001, p. 26)

Assim sendo, estabelecemos como local para a realização da pesquisa, uma escola pública da Rede Municipal de Curitiba. A escola foi escolhida seguindo os seguintes critérios: localização, porte, espaço físico ideal para realização de práticas corporais, e a população (alguns alunos vivem em situações vulneráveis) fator considerado relevante ao tema da pesquisa, a relação de saúde e educação física, com vistas ao desenvolvimento de hábitos que possam contribuir para qualidade de vida.

Para a coleta e o registro das informações elaboramos entrevistas semiestruturadas que foram gravadas quando aplicadas aos professores de Educação Física, tendo como critério para a sua escolha que os mesmos ministrassem aulas para o Ciclo I (1ª à 4ª séries). Assim, três professores foram entrevistados, número total de professores que definem o universo dessa escola.

As observações das aulas, outra técnica utilizada para coleta de informações, foram realizadas em duas semanas consecutivas num total de oito aulas, no início do ano letivo de 2017. Os registros foram feitos de forma escrita pela pesquisadora, em caderno de campo, exatamente da forma em que se apresentavam no momento.

Por fim, tratamos o material recolhido em campo, a fim de nos conduzir “à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição” (MINAYO, 2001, p. 26) e, com isso, efetivarmos a interpretação dos resultados da pesquisa.

4.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS APLICADAS

Após a coleta e registro das informações, as mesmas passaram por um tratamento desde a sua organização física até sua interpretação. Com base em Bardin (1977, p. 46) “o objetivo da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem”.

Com isso, e a partir dos dados coletados nas entrevistas, nos apropriamos da análise categorial temática para a interpretação dos dados que, segundo Bardin (1977, p. 46), “é, entre outras, uma das técnicas de análise de conteúdo”.

Assim, realizamos o passo a passo (categorias iniciais, conceito norteador, categorias intermediárias, categorias finais), para chegarmos às categorias principais de análise de acordo com o quadro abaixo.

QUADRO 4 - CATEGORIAS DE ANÁLISE

PROFESSORES	I - Perfil dos Sujeitos
	II - Limites e Possibilidades de uma Prática Pedagógica nas dimensões conceituais e atitudinais.
	III - Possibilidades para realização de Práticas Pedagógicas inovadoras bem Sucedidas.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da definição das Categorias de Análise

Considerando que as categorias de análise refletem os objetivos da pesquisa, e com as categorias incorporadas nas entrevistas semiestruturadas foram sendo construídas as análises e interpretações no decorrer da pesquisa.

4.4 A ESCOLA PESQUISADA: A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESPAÇO ESCOLAR

A escola selecionada para ser o local da pesquisa de campo deste estudo foi construída pela Prefeitura Municipal de Curitiba e inaugurada em 1956 e, logo, em 1957 passou a pertencer ao Estado através do decreto Lei de criação nº 8524 de 25 de fevereiro de 1957. Em 1968, foi implantada na escola uma Classe Especial, destinada a crianças portadoras de necessidades especiais; hoje, é uma das poucas escolas municipais que mantém este tipo de atendimento. Em 2002, a Escola foi municipalizada, sendo sua mantenedora a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, passando a assumir a denominação de Escola Municipal Alfa (nome fantasia escolhido pela pesquisadora por questões éticas).

Por estar situada em uma área próxima a uma das maiores ocupações irregulares de Curitiba, esta Escola já foi território de muitos conflitos internos, ocasionando até uma intervenção pela Prefeitura Municipal de Curitiba em 2008, que resultou no afastamento da Diretora e Vice Diretora, então ocupando os referidos cargos, e de outros professores, sendo realizada uma nova eleição para o cargo de direção, no ano seguinte.

A Escola conta hoje com aproximadamente 400 alunos, distribuídos em dois turnos (manhã e tarde), e que frequentam do 1º ao 5º ano. Além disso, há uma turma de pré-escola (crianças de 5 anos), uma Classe Especial, e uma sala de Reforço escolar. A escola conta com 13 salas de aula, uma Biblioteca (desativada por determinação do atual governo), uma sala de informática (também desativada pelo atual governo)⁶, pátio para o recreio e demais atividades, um “parquinho”, uma horta, uma quadra poliesportiva sem cobertura, e outra coberta, onde são realizadas as aulas de Educação Física, banheiros femininos e masculinos, banheiro comum para os funcionários, uma cozinha, onde é realizado o lanche dos professores, um almoxarifado, uma sala de materiais utilizados para a Educação Física, sala de professores, sala para o setor pedagógico, sala da Direção e uma Secretaria. O

⁶ De acordo com a Direção da escola, a Biblioteca e a sala de informática foram desativadas pela falta de professores. O governo alega não ter dinheiro para pagar tais profissionais, pois os mesmos teriam que ser contratados sob o regime de RIT (Ritmo Integral de Trabalho). Tal fato insere-se no quadro de limitações e dificuldades que o País vem sofrendo em função da crise política e econômica.

quadro de professores conta com um efetivo de 50 profissionais, dentre eles, 3 são professores de Educação Física. Já no setor pedagógico está lotada apenas uma pedagoga, que atende os dois turnos.

A Direção atual vem realizando algumas mudanças. Novas políticas pedagógicas foram sendo implantadas e a comunidade passou a respeitar o espaço escolar. Hoje, essa Escola procura manter uma atividade cultural com apresentações artísticas, festas juninas, festa da família, momento cultural com apresentação das crianças, e com o envolvimento dos profissionais responsáveis, todos engajados numa luta diária, para melhorar a qualidade do ensino e do convívio no espaço escolar.

A grade curricular conta com as disciplinas obrigatórias para o Ensino Fundamental (Ciências Naturais, Educação Física, Ensino Religioso, Arte, Geografia, História, Língua Portuguesa, Matemática); possui também um programa de aulas no contra turno, oferecendo aulas de inglês e de futebol, além de reforço escolar.

No caso específico da Educação Física, as aulas são ofertadas para todas as séries, sendo ministradas durante 50 minutos, duas vezes por semana. Conta com uma série bem diversificada de materiais didáticos (bolas diversas, arcos, cordas, entre outros) específicos para as aulas de Educação Física, que são disponibilizados para os alunos. A Educação Física, como componente curricular, se faz presente, de forma a cumprir as instruções básicas da disciplina junto aos alunos.

Figura 1 – Foto da Escola da Rede Municipal de Ensino Fundamental.



Fonte: Acervo da Escola (s/d)

5 A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Na opinião de Franco (2015), as tentativas de ensinar e aprender, se concretizam por meio das práticas pedagógicas que, organizadas, procuram atender as expectativas educacionais em suas intencionalidades, dando sentido à práxis, solicitando uma intervenção planejada e científica sobre o objeto, visando à transformação social. Para a autora, a prática docente, para se tornar uma prática pedagógica, requer dois movimentos: “o da reflexão crítica de sua prática e o da consciência das intencionalidades que presidem suas práticas”. (FRANCO, 2015, p. 605)

Com isso, as práticas pedagógicas necessitam ser sistematizadas e planejadas, de forma a efetivar os conteúdos e as atividades fundamentais para a formação do aluno e, “através desse processo, criar nos alunos mecanismos de

mobilização de seus saberes anteriores construídos em outros espaços educativos”. (FRANCO, 2015, p. 608)

Assim, compartilhando do pensamento de Darido (2001), as práticas pedagógicas da Educação Física devem procurar ultrapassar os ensinamentos apenas em uma dimensão procedimental (ginástica, dança, luta, esportes), em seus fundamentos e técnicas, mas incluir:

[...] seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, busca garantir o direito do aluno de saber por que ele está fazendo este ou aquele movimento, isto é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual). (DARIDO, 2001, p. 20)

Procurando, com isso, superar a tradição histórica da disciplina, centralizada nos conteúdos procedimentais. Conforme também afirma Zabala (1999, p.107), “[...] a educação pelo corpo e pelo movimento não pode se reduzir aos aspectos perceptivos e motores, mas também deve implicar os aspectos expressivos, comunicativos, afetivos e cognitivos”.

5.1 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE CURITIBA, CICLO I, DO ENSINO FUNDAMENTAL

Embasados e fundamentados na técnica de análise de conteúdo a partir de Bardin (1977), destacamos três principais categorias de análise e a partir delas prosseguimos com a interpretação dos dados coletados, a fim de concretizarmos o objetivo principal deste estudo que visa analisar as práticas pedagógicas no contexto da cultura corporal e a sua relação com a saúde. São elas:

I – Perfil dos sujeitos.

II – Limites e possibilidades de uma prática pedagógica nas dimensões conceituais e atitudinais.

III – Possibilidades para a realização de práticas inovadoras e bem sucedidas.

5.1.1 Perfil dos sujeitos.

Para traçar o perfil dos sujeitos pesquisados além de coletar informações pessoais – sexo, idade, formação, tempo de carreira, tempo de trabalho na Prefeitura Municipal de Curitiba - foram levantadas informações a respeito do tema Saúde e a sua relação com a Educação Física escolar. Dentro do contexto da cultura corporal destacamos a sua concepção com relação à saúde e os objetivos que os profissionais traçam para atingir essa concepção em suas práticas pedagógicas.

No caso específico da escola pesquisada, esta conta com um universo de três professores para atender a demanda do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Portanto o universo estudado foi o de três professores de Educação Física, de uma escola pública da Rede Municipal de Curitiba, Ciclo I do Ensino Fundamental.

QUADRO 5 - PERFIL PESSOAL DOS SUJEITOS

SUJEITO	GÊNERO	IDADE	TEMPO NA CARREIRA	TEMPO NA PMC ⁷	FORMAÇÃO
A	M	35	11 anos	4 anos	Licenciatura Plena em Educação Física e Desportos (UFPR)
B	F	38	18 anos	10 anos	Licenciatura Plena em Educação Física e Desportos (UFPR) Especialização em Metodologia da Educação Física (UFPR)
C	F	53	30 anos	10 anos	Licenciatura Plena em Educação Física e Desportos (UFPR)

FONTE: quadro elaborado pela autora a partir de informações das entrevistas.

Com relação aos dados pessoais dos sujeitos, para traçar o seu perfil, conforme se pode observar no quadro acima, é possível afirmar que dois pertencem ao gênero feminino e um ao masculino; encontram-se na faixa etária de 35 a 53 anos e estão na carreira do magistério de 11 a 30 anos e na rede municipal de

⁷ PMC – Prefeitura Municipal de Curitiba (rede municipal de ensino)

ensino, um está há 4 anos e dois há 10 anos, logo não são professores em início de carreira, já possuindo uma boa experiência de magistério. Todos possuem formação superior com graduação em Licenciatura Plena em Educação Física e Desportos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Porém, apenas um dos professores possui curso de especialização na área.

5.1.1.1 Concepção e Objetivos da Educação Física para os professores pesquisados.

Com relação à concepção de Saúde e a sua relação com a Educação Física escolar, dentro do contexto da cultura corporal, nas falas dos Professores de Educação Física entrevistados, notamos certa surpresa em relação ao tema abordado. Contudo, a concepção que cada um tem a respeito da saúde, tornou-se relevante a fim de que possamos nos apropriar dos seus conhecimentos prévios e seus posicionamentos relativos ao tema.

Assim, quando indagados a respeito de qual seria a sua concepção de saúde, cabe relatar o que cada um respondeu na íntegra:

Professor A:

“Saúde é o fato da pessoa estar realizando as atividades do dia a dia com disposição. [...] conhecimento de situações que possam estar complicando, trazendo malefícios para sua vida ou para seu corpo”.

Professor B:

“[...] a saúde é questão [...] de você estar fisicamente, emocionalmente e mentalmente, socialmente bem, cuidar do sono, alimentação, se preocupar em beber água, criar uma rotina de atividade física, esta é a minha concepção”.

Professor C:

“É a concepção básica: saúde é a ausência de doenças. É estar bem fisicamente, mentalmente e psicologicamente”.

Constatamos, portanto, que todos os professores têm em comum a visão de que a saúde requer condições para que a mesma se estabeleça. Para os professores, o fato de estar fisicamente bem, é senso comum. Os fatores sociais (conhecimento de malefícios e benefícios à saúde) e os cuidados pessoais

(exercícios físicos, alimentação, sono, higiene), foram os fatores mais relevantes revelados pelos entrevistados.

Contudo, quando indagados quanto à contribuição da Educação Física para o desenvolvimento de hábitos relacionados à saúde, os mesmos relataram:

Professor A:

“Sim. Pelo simples fato do professor levar o aluno para lavar as mãos depois das aulas de Educação Física, antes de retornarem às salas, já é um ensinamento, já é uma prática de saúde, porque ele já está tendo uma noção de que a higiene faz parte fundamental da sua vida. O fato de o aluno estar transpirando, o professor recomendar que ele use uma toalha, usar desodorante, é já estar contribuindo [...] para sua saúde. O fato do professor estar passando de forma básica alguns conceitos fundamentais da pirâmide alimentar e prevenções às DSTs e de vários outros conhecimentos que são da área da saúde, acaba contribuindo e, de certa forma fundamentalmente, para a vida dessas crianças e adolescentes. Pois, muitos não têm acesso a estas informações pelos pais”.

Professor B:

“Com certeza, e a gente é referência, eles vão absorver, além do exemplo, tudo que você coloca com segurança do que está falando, a coisa acontece”.

Professor C:

“Sim, com certeza!”

Embora todos compartilhem da certeza que a Educação Física contribui para a formação de hábitos de saúde, suas abordagens, no entanto, são diversificadas.

O Professor A destaca a importância de práticas higiênicas como fator de transformação pessoal, sugerindo que o entendimento de tais práticas sejam princípios fundamentais a serem adquiridos pelos alunos contribuindo para a sua saúde. Outros temas numa dimensão conceitual, como alimentação, prevenção de doenças (DSTs) e questões relacionadas à saúde são abordadas pelo mesmo professor, em virtude de possibilitar intervenções ao nível social das crianças, pois como ele mesmo afirma:

“Muitos não têm acesso a estas informações pelos pais”.

O Professor B observa a importância do modelo exemplar do profissional, que é referência para os alunos. Exalta a importância do conhecimento por parte do professor para abordar os assuntos referentes aos conteúdos, sugerindo um

otimismo na assimilação dos mesmos por parte dos alunos, quando percebem a segurança do mestre.

Para concluirmos o perfil desses profissionais, é necessário ainda saber quais os seus objetivos como professor e, o que eles esperam que os seus alunos aprendam em suas aulas.

Nesse sentido, para o Professor A, o objetivo da Educação Física:

“[...] é que através da atividade que está sendo proposta haja uma transformação na vida do aluno, que ele não apenas faça a atividade pela atividade, mas que esta atividade gere uma transformação na vida dele. Transformação social, sabendo trabalhar no coletivo, sabendo que não é porque ele está com a bola é só ele que vai estar jogando, sabendo que ele é parte integrante de um todo, ele não é o todo”.

O mesmo professor ainda complementa:

“Eu espero que através das minhas aulas eles possam, de forma lúdica, conseguir entender como é a realidade da sociedade, e que eles possam ter vertentes de transformação através da atividade física”.

Já o Professor B afirma que seu objetivo na disciplina:

“É o levar a prática de trabalhar com o corpo para a vida inteira”. É estimular os alunos “a se cuidarem, a entender que o corpo é a estrutura [...]. Você tem que ter uma vida saudável, uma qualidade de vida e buscar esta qualidade em tudo, sono, alimentação, atividade física, então, eu sempre procuro estar mostrando todos os valores de cuidados com o corpo, que é a máquina”.

O Professor C relata que:

“Meus objetivos são quanto ao desenvolvimento motor, psicomotor, ao conhecimento do seu corpo no espaço. [...] que possui necessidades, que ocupa um lugar no espaço e é apto a realizar qualquer movimento para seu pleno desenvolvimento”. Complementando, ainda, que é importante desenvolver com os alunos “as noções básicas de espaço, tempo, velocidade, equilíbrio, flexibilidade...”.

Os objetivos dos professores relacionados ao ensino/aprendizagem, embora diversificados, têm em comum a prática corporal como elemento de transformação pessoal e social. Elegem os conhecimentos a respeito do movimento, como elementos propulsores de valores a serem adquiridos para o pleno desenvolvimento dos alunos, evidenciando, assim, o posicionamento crítico e transformador na conduta desses profissionais. Dentre estes valores, em especial, o Professor B

ênfatiza os cuidados com o corpo como elemento condicionante para se adquirir uma vida saudável e com qualidade.

Portanto, nesse contexto, a compreensão desses professores com relação às atividades da Educação Física se coaduna com o que sugerem as Diretrizes Curriculares Estaduais (2008), em um de seus elementos articuladores “Cultura Corporal e Corpo” quanto citam:

As preocupações com o corpo e com os significados que o mesmo assume na sociedade constituem um dos aspectos que precisam ser trabalhados no interior das aulas de Educação Física, para que sejam desmistificadas algumas perspectivas ingênuas no trato dessa questão. (PARANÁ, 2008, p. 54)

Da mesma forma, as Diretrizes Curriculares Municipais (2006) procuram situar o profissional da educação, com relação a sua responsabilidade em desenvolver: “[...] práticas educativas dinâmicas e contextualizadas, que propiciem ao estudante uma nova compreensão da realidade em que está inserido [...]”. (CURITIBA, 2006, p. 6)

E, ainda, o mesmo documento recomenda aos profissionais que considerem:

[...] os estudantes em suas especificidades e potencialidades, desenvolvendo ações e espaços que os tenham como centro de organização do processo pedagógico, no qual suas vivências, experiências, saberes e valores sejam contemplados. Isso implica em reorganização da escola levando em conta os tempos da vida, das aprendizagens, dos fazeres e das construções dos estudantes. (CURITIBA, 2006, p. 7)

Portanto, de acordo com os documentos citados acima, o posicionamento crítico e transformador que os profissionais devem assumir poderão valorizar as suas ações pedagógicas.

5.1.2 Limites e possibilidades de uma prática pedagógica nas dimensões conceituais e atitudinais.

Essa categoria de análise remete aos conteúdos trabalhados pelos professores pesquisados em suas práticas pedagógicas, no contexto da cultura corporal e a relação com a saúde.

Tradicionalmente, na Educação Física escolar os seus conteúdos específicos e fundamentais são ministrados aos alunos numa dimensão procedimental (dança, ginástica, lutas, jogos, brincadeiras, esportes) que inclui, segundo Zabala (1999): afirmação da lateralidade; percepção e estruturação espacial e temporal; atitude postural; uso das habilidades básicas (deslocamentos, giros, saltos, manipulação de

objetos); equilíbrio estático e dinâmico; condicionamento físico geral, entre outros, que formam um conjunto de ações ordenadas e com um fim.

A partir desses esclarecimentos, a análise prossegue relatando os depoimentos dos professores quando indagados a respeito de quais conteúdos são contemplados em suas aulas e em seus planejamentos:

Professor A:

“Trabalho na perspectiva da Cultura Corporal de Movimento, de acordo como está no documento das Diretrizes Curriculares Municipais, dentro dos quatro eixos, ginástica, dança, luta, jogos. Tento trabalhar no planejamento anual os diversos leques, trabalho a parte da dança, das lutas, dos jogos, dentro dos quatro eixos, procuro trabalhar em todas as vertentes possíveis para cada turma”.

Professor B:

“Uma coisa bacana que a Prefeitura fez, dividir em critérios...ficaram “super” claros, no primeiro trimestre foi trabalhado a ginástica, movimentos básicos, mesmo. No segundo trimestre, lutas e a ginástica também. No terceiro trimestre, agora, as brincadeiras cantadas de roda e dança, buscando a qualidade e não a quantidade”.

Professor C:

“Habilidades motoras, jogos, brincadeiras, iniciação aos esportes”

Como podemos perceber, os conteúdos são abordados em uma dimensão procedimental pelos professores pesquisados e remetem ao movimento, objeto de estudo da Educação Física, sendo o elemento principal da cultura corporal.

De acordo com o documento norteador das práticas pedagógicas, as Diretrizes Curriculares Municipais (2006, p. 66), a Educação Física:

[...] oportunizará o desenvolvimento da consciência corporal, dando significado às ações e efetivando o movimento consciente, por meio dos conteúdos dos eixos norteadores da ginástica, da dança, do jogo, da luta e do esporte [...].

Assim, complementando a reflexão, as Diretrizes Curriculares Estaduais (2008, p. 53), recomendam que as ações pedagógicas da Educação Física:

[...]devem estimular a reflexão sobre o acervo de formas e representações do mundo que o ser humano tem produzido, exteriorizadas pela expressão corporal em jogos e brincadeiras, danças, lutas, ginástica e esportes.

Considerando, que, os conteúdos numa dimensão procedimental estão interligados aos eixos norteadores das práticas pedagógicas da Educação Física e, que os mesmos dão significados às ações no contexto da concepção da cultura

corporal relacionamos algumas fotos, do acervo da escola, para que possamos ter um melhor entendimento a respeito de tais práticas. Os eixos norteadores aqui relacionados são: a ginástica, a dança, a luta, o jogo, e o esporte, de acordo com o que regem as DCM (2006), bem como, as brincadeiras de acordo com o que regem as DCE (2008), que, como já vimos anteriormente descritos nessa Dissertação são os documentos oficiais que norteiam as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física.

Abaixo, vemos a Figura 2, na qual desenvolvem-se atividades de alongamento, componente da ginástica e executadas como elemento de preparação das articulações, revelando um cuidado especial para a saúde do corpo. A ginástica, no ciclo I, procura proporcionar aos alunos a vivência das habilidades básicas (andar, correr, saltar, pular, etc.) em diversas formas com ou sem material. Também, no ciclo I são trabalhados elementos da ginástica geral associados a outros, da cultura corporal, bem como, elementos da ginástica artística (rolamentos, estrela, etc.) e, também, da ginástica rítmica sem materiais e com a utilização dos mesmos (arco, bola, maça, fita). Na figura 3, desenvolvem-se elementos da ginástica num circuito motor, proporcionando aos alunos a vivência das habilidades básicas em diferentes formas. De acordo com as DCM (2006) o professor deve considerar a vivência do movimento ginástico e não a perfeição da execução do mesmo.

Figura 2. Aula de Educação Física na quadra da escola. Ensino Fundamental. Atividade: alongamento.



Fonte: Acervo da Escola (s/d)

Figura 3. Aula de Educação Física na quadra da escola. Ensino Fundamental:
Atividade: circuito motor.



Fonte: Acervo da Escola (s/d)

Na figura 4, a dança vem representada por uma forma de expressão popular que faz parte do calendário brasileiro, realizado nos meses de Junho e Julho, as festas juninas. Essa forma de expressão através da dança, foi incorporada nas escolas de uma maneira geral. No caso da escola pesquisada, a festa junina e as danças realizadas pelos alunos são um componente do currículo da Educação Física que, em conjunto com as Artes promovem este tipo de manifestação cultural com o objetivo de integrar a Escola com a comunidade na ocasião da realização da festa. De acordo com as DCM (2006, p. 67), a dança pode ser desenvolvida por meio de seus elementos básicos, de atividades rítmicas e expressivas; de brincadeiras cantadas; cantigas de roda; danças de roda; danças populares e folclóricas e de danças criativas.

Figura 4. Festa Junina realizada na quadra da escola. Ensino Fundamental.
Atividade: Dança Junina.



Fonte: Acervo da Escola (s/d)

Na figura 5, o registro é de uma dança criativa, muito difundida na escola pesquisada, como forma de expressão corporal exibida pelos alunos em ocasiões festivas.

Figura 5. Evento realizado nas dependências da escola. Ensino Fundamental. Atividade: Dança.



Fonte: Acervo da Escola (s/d)

Na figura 6, o jogo intelectual é representado pelo xadrez. De acordo com as DCM (2006), por meio do jogo os alunos desenvolvem a cognição, produzindo e reproduzindo suas vivências, e se constituem nos momentos de lazer, de socialização e de desenvolvimento do raciocínio lógico. O mesmo documento também recomenda que se trabalhe com os alunos os jogos psicomotores, jogos de interpretação, jogos recreativos, jogos tradicionais, jogos sensoriais, jogos intelectivos, jogos pré-desportivos e jogos cooperativos. Portanto, o jogo desempenha um papel fundamental na formação dos alunos que vai além do simples ato de aprender e ensinar, importando a construção de conhecimentos por parte dos alunos, formando sujeitos autônomos, capazes de cooperar, de questionar, de criticar e de transformar a sua realidade.

Figura 6. Aula de Educação física realizada nas dependências da escola. Ensino Fundamental. Atividade: Jogo intelectual (xadrez).



Fonte: Acervo da Escola (s/d)

Na figura 7, vemos a Capoeira que é uma forma de luta também considerada dança, jogo e esporte, e é também a atividade desse eixo norteador mais difundida nos meios escolares, destacando-se por ser a única luta originalmente brasileira e fundamentada em nossas tradições culturais. Segundo as DCM (2006), na escola, o trabalho com a luta deve enfatizar a filosofia que lhe dá sustentação, para que não desperte a violência, e que seja vista como forma de melhorar a qualidade dos movimentos corporais bem como despertar o controle das emoções.

Figura 7. Aula de Educação Física realizada na quadra da escola. Ensino Fundamental. Atividade: Luta (Capoeira).



Fonte: Acervo da Escola (s/d)

Na figura 8, o esporte é representado pelo Futebol, uma das preferências de práticas corporais entre os alunos. Segundo as DCM (2006), o esporte se caracteriza sob o enfoque da apreciação e da discussão a respeito de acontecimentos esportivos sociais que estão ocorrendo. Para o Ciclo I, são recomendados os jogos recreativos que propiciam o desenvolvimento de capacidades físicas, como a resistência e a força; condutas psicomotoras como a coordenação motora geral e a organização e orientação espaço-temporal; a socialização através do trabalho em grupo, a construção e o cumprimento das regras envolvidas no jogo, bem como a vivência com os erros e acertos.

Figura 8. Aula de Educação Física na quadra da escola. Ensino Fundamental. Atividade: Futebol.



Fonte: Acervo da Escola (s/d)

Finalmente, as brincadeiras vêm representadas na figura 9 e, de acordo com as DCE (2008), as mesmas, como Elementos Estruturantes encontram-se interligadas aos jogos, desempenhando papel fundamental na formação dos alunos compondo um conjunto de possibilidades que ampliam a percepção, e a interpretação da realidade, além de intensificarem a curiosidade, o interesse e a intervenção dos alunos envolvidos nas diferentes atividades.

Figura 9. Aula de Educação Física na quadra da escola. Ensino Fundamental. Atividade: Brincadeira “Pulando o rabo da Lagartixa”.



Fonte: Acervo da Escola (s/d)

Contudo, procuramos indagar junto aos professores os limites e as possibilidades da Educação Física em abordar em suas práticas pedagógicas os

conteúdos numa dimensão conceitual e atitudinal, e qual a importância destes no desenvolvimento do gosto pelas práticas corporais.

Ressaltamos que, de acordo com Zabala (1998, p. 42) “conceitos são termos abstratos e se referem ao conjunto de fatos, objetos ou símbolos que têm características comuns”. Assim, esta aprendizagem implica uma compreensão que vai além da reprodução de enunciados, dependendo de atividades experimentais que favoreçam, segundo Zabala (1998, p. 43):

[...] que os novos conteúdos de aprendizagem se relacionem substantivamente com os conhecimentos prévios; [...] que favoreçam a compreensão do conceito a fim de utilizá-lo para a interpretação ou o conhecimento de situações, ou para a construção de novas ideias.

Quanto à aprendizagem dos conteúdos atitudinais, estes remetem aos valores, atitudes e normas. Segundo Zabala (1998, p. 46), entende-se por valores: a solidariedade, o respeito aos outros, a responsabilidade, a liberdade, etc. As atitudes, para o mesmo autor são, portanto, a forma como cada pessoa realiza sua conduta. São exemplos de atitudes: cooperar com o grupo, ajudar os colegas, respeitar o meio ambiente, participar das tarefas escolares, aceitar as diferenças etc. A definição de normas, para Zabala (1998), está nas regras ou padrões de comportamento que devemos seguir em determinadas situações e que devem ser comuns a todos os membros de um grupo social.

Após essa contextualização, seguimos com os relatos dos professores, procurando extrair o posicionamento de cada um, em relação a esses tipos de aprendizagens.

Professor A:

“Bom, no Ciclo I eles já tem a vontade natural em estar participando da aula. Porém, o profissional não deve ficar se prendendo às mesmas atividades... Então, cabe ao profissional trazer novas atividades, trazendo estes alunos para realizar as atividades com motivação e alegria”.

Professo B:

“Eu acho que é a questão do prazer mesmo, e mostrar o quanto pode ser diferente a vida assim. E eu repito muito, vocês ainda são crianças, vocês têm que brincar, praticar bastante esportes. Esse lado social de vocês estarem em grupos bons, tudo isso faz vocês levarem uma vida diferente”.

Professor C:

“O movimento, o corpo, as habilidades, o gostar...”

Com isso, os objetivos de importância relevante para os professores remetem ao prazer e a alegria que as práticas corporais podem proporcionar, influenciando diretamente nas suas atitudes sociais. Destacamos, no entanto, que os professores A e B compartilham do mesmo pensamento quando reforçam que os profissionais são os responsáveis diretos em proporcionar, através de estímulos inovadores e motivadores, uma prática pedagógica que atenda as expectativas do aluno no contexto da cultura corporal de movimento.

Na perspectiva da cultura corporal, contextualizando o tema na sua historicidade e a forma como os conteúdos são abordados com os alunos, numa dimensão conceitual é a sua contextualização nos eixos estruturantes (ginástica, dança, luta, jogo). Embora, em seus relatos, durante as entrevistas, o posicionamento dos professores a respeito dessa forma de abordagem não tenha sido esclarecida, no entanto, nas observações das aulas, tal procedimento foi percebido claramente pela pesquisadora, cabendo, então, relatá-los.

Professor A, tema da aula, “Carnaval”, 2ª série: A observação teve início desde a entrada em sala, o desenvolvimento da mesma na quadra, bem como a volta à sala. Ao entrar em sala o professor é recebido com satisfação por parte dos alunos, que o cumprimentam e o indagam a respeito do que irão fazer na aula de hoje. Alguns arriscam palpites como: vai ter futebol? Vamos brincar do quê?

Após alguns minutos, o professor pede calma e que todos prestem atenção, pois ele irá falar sobre o tema da aula e como os alunos irão se apropriar desses procedimentos: - a aula de hoje é sobre o carnaval. Na próxima aula, faremos uma festa para dançarmos o carnaval. Dito isso, o professor inicia o seu discurso a respeito do conteúdo numa dimensão conceitual fundamentado na utilizando como elemento articulador, a dança:

– Bem pessoal, hoje vamos falar sobre o Carnaval, alguém sabe o que é?

Após a pergunta, alguns arriscaram:

- É uma festa onde as pessoas dançam.

O professor pergunta: dançam o quê?

– Samba!

Responde um dos alunos.

– Mas é só samba que se dança?

Pergunta o professor.

O diálogo sobre o tema segue, a partir de critérios de apreensão básicos como: os diversos ritmos que são desenvolvidos em diferentes regiões do Brasil; que o Carnaval é uma festa popular onde todos podem brincar, dançar, cantar com alegria e satisfação; ressalta a importância dos instrumentos musicais, usando como exemplo as baterias das escolas de samba e, comenta que as fantasias fazem parte do figurino da festa. Destaca as danças que surgem a partir dos ritmos (samba, axé, frevo). De maneira sucinta e pontual, o conteúdo numa dimensão conceitual, do que é Carnaval foi transmitido aos alunos, interligando-se com a dimensão procedimental do eixo da dança.

Após as atividades procedimentais (ginástica, pular corda) que foram desenvolvidas na quadra, o professor pede que todos se sentem para descansar e solicita que um dos alunos o ajude a recolher e a guardar os materiais utilizados na aula, assim, incentivando à cooperação como forma de abordar os conteúdos atitudinais com os alunos. Ao retornar, o professor pede que os mesmos formem a fila para retornarem à sala e já anuncia que vai liberar quem quer usar o banheiro, recomendando que lavem as mãos, para depois irem tomar água. Aqui, percebemos, que numa dimensão atitudinal a higiene pessoal remete à relação com a saúde, sendo abordada de forma pontual.

Em outra aula observada do professor A, com uma turma de 3ª série, os conteúdos atitudinais se revelaram em momentos pontuais durante o decorrer da aula, sendo que a maioria delas decorreu de situações comportamentais. Em algum momento, durante a aula, o Professor A observa que existe um menino chorando no final da fila, imediatamente para a atividade e se desloca até o menino.

- O que aconteceu? Pergunta o Professor A.

- Ele me bateu. Responde o menino.

Nesse momento, começa a mediação com os envolvidos onde o professor atua de forma incisiva, exaltando valores como: a amizade, a solidariedade e, acima

de tudo, o respeito que temos que ter uns com os outros. A turma permanece atenta e curiosa. Então, o Professor A propõe aos alunos um comportamento amigável e, ao final, um aperto de mãos dos envolvidos, exaltando:

- Na minha aula ninguém briga. Aqui é um ambiente de paz!

Professor B, tema da aula, “O que é a Educação Física”, 1ª série: O professor inicia sua aula, no que considerou ser a primeira do ano letivo, após acalmar a turma que demonstra satisfação ao vê-la. Pede silêncio para iniciar a aula e que todos prestem atenção no que ela tem a falar. Então lança uma pergunta aos alunos:

- Sabem o que é uma aula de Educação Física? O que a gente faz nas aulas, alguém sabe?

Logo um aluno fala:

- A gente brinca.

Outro diz:

- Faz ginástica, pula corda, joga bola.

Logo outra pergunta:

- A gente dança, e o que mais?

Outro responde:

- a gente dança na festa caipira.

Assim, através do que os alunos trazem em suas lembranças e vivências, o professor inicia sua contextualização do tema, abordando o conteúdo da aula, numa dimensão conceitual do que é a Educação Física, situando os alunos na perspectiva da cultura corporal através dos eixos estruturantes (dança, ginástica, jogo, luta). Em seu discurso, procura exaltar tudo que os alunos falaram, e apenas vai acrescentando mais informações as quais eles ainda não possuem (benefícios da Educação Física, cita os jogos, a capoeira, a dança, a ginástica). Ao final da conversa é esclarecido aos alunos como as aulas vão acontecer durante o ano letivo e com isso propõe uma atividade, em que os mesmos devem, através do desenho, representar os quatro eixos estruturantes (ginástica, dança, jogo, luta) que vão ser trabalhados nas aulas. Ao final da atividade, é recolhido o material que os alunos produziram e os desenhos são expostos no mural existente na sala de aula.

Da mesma forma que o professor A, o professor B recomenda que os alunos dirijam-se ao banheiro, lavem as mãos e se quiserem bebam água, ressaltando que é para fazer uma conchinha com as mãos, para levar a água à boca e não colocar a

boca no bico da torneira ou do bebedouro. Com essa atenção, o professor reforça os bons hábitos de higiene, preservando a saúde no espaço coletivo.

Na observação da aula do professor C com alunos da 4ª série, a aula teve início na quadra, onde foram reunidos os alunos e após uma explanação rápida, cada um deles foi posicionado pelo professor em fileiras, iniciando a atividade proposta: corrida de estafeta e suas variações. A parte conceitual da aula foi exposta aos alunos de forma a situá-los sobre o que será desenvolvido no primeiro bimestre do ano letivo. O eixo estruturante escolhido foi a ginástica, destacando os movimentos circenses (acrobacias, malabarismos, etc). Os alunos demonstraram um certo interesse, mas logo foram repreendidos pelo professor acerca do comportamento durante a aula, procurando, assim, reforçar os conteúdos atitudinais (respeito aos colegas e ao professor, cooperação de todos para que possam aprender), pois sem isso, diz o professor:

- Não saímos nem da sala. Entendido, quarto ano? Dito isso, o sinal para o recreio toca e todos saem em disparada.

Dessa forma, as abordagens dos conteúdos nas dimensões conceituais e atitudinais desenvolvidas pelos professores em suas práticas pedagógicas nessa escola, ainda que de forma modesta, revelam uma evolução no contexto atual da Educação Física inserida na perspectiva da cultura corporal, que tem como objetivo a formação integral do indivíduo.

Porém, quando indagados a respeito dos limites acerca das abordagens dos conteúdos conceituais os professores destacaram estes limites.

O Professor B revela que a maior dificuldade em trabalhar com os conteúdos numa dimensão conceitual com o Ciclo I, é a idade, pois são muito imaturos; porém, afirma que as possibilidades existem e como ele mesmo afirma:

“É só uma questão de se organizar. E que, sempre que posso, procuro dar ‘recadinhos’ em situações pontuais”.

Já o Professor A diz que as possibilidades existem, mas que é complicado este tipo de abordagem, principalmente a conceitual, devido ao tempo das aulas ser restrito, há apenas dois dias por semana, e o “movimento” acaba sendo prioridade em suas aulas.

O Professor C relata também que os procedimentos conceituais acabam ocupando pouco espaço em suas aulas e são passados de forma sucinta, mas que utiliza recursos pedagógicos como reportagens em revistas, pesquisas rápidas na internet ou até através de relatos trazidos pelos alunos para discutir conceitos. Embora afirme que nem todos se mostram interessados e que cobram as suas necessidades quanto ao movimento.

É bom lembrar que o movimento é uma tradição nas aulas de Educação Física, como vimos no próprio histórico da disciplina escolar. Assim, a representação social⁸ que os alunos têm da Educação Física é a de movimento.

Com isso, trazemos a reflexão acerca desse tipo de aprendizagem que, na maioria das vezes, encontra-se de forma oculta nos conteúdos não sendo valorizada nas práticas pedagógicas da Educação Física. Na opinião da pesquisadora, os professores deveriam estar atentos às possibilidades de inclusão dessas aprendizagens, mesmo diante de tantos obstáculos, pois elas revelam-se intimamente ligadas ao processo de ensino/aprendizagem das práticas corporais, inseridas na perspectiva da cultura corporal, em uma aula de Educação Física. Ousa afirmar que a tradição cultural biológica-desportivista da Educação Física que foca nas estratégias procedimentais resiste em ser abandonada, já estando introjetada até nas mentes das crianças, haja vista a resposta dos alunos para a compreensão do que se faz na aula de Educação Física: “a gente brinca”; “faz ginástica, pula corda, joga bola; “a gente dança na festa caipira”, ou seja, a ênfase é o movimento.

Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares Estaduais (2008) destacam que dentro dessa abordagem da cultura corporal, as práticas pedagógicas devem ir além da preocupação com a aptidão física, com a aprendizagem motora, com a performance esportiva, etc. Citando Bracht (1992), ressaltam:

Devemos entender que o movimento que a criança realiza num jogo, tem repercussões sobre todas as dimensões do seu comportamento e mais, que

⁸ A representação social para Roger Chartier, retornando a Marcel Mauss e Emile Durkheim, corresponderia à noção desses autores de "representações coletivas", e explica melhor este fenômeno psicossocial do que o conceito de mentalidade, pois “realiza um trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade” (CHARTIER,1991,p.20); ou seja, as representações sociais podem ser compreendidas como o conjunto de explicações e crenças que nos permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objeto, as quais são resultantes da interação social, por meio da qual constitui-se portanto esquemas de pensamento, imagens, simbolismos, ideias comuns a determinados grupos de indivíduos.

esta atividade veicula e faz a criança introjetar determinados valores e normas de comportamento. Portanto, aquela ideia de que atuando sobre o físico estamos automaticamente e magicamente atuando sobre as outras dimensões, precisa ser superada para que estas possam ser levadas efetivamente em consideração na ação pedagógica, através do estabelecimento de estratégias que objetivem conscientemente o desenvolvimento num determinado sentido, destes outros aspectos e dimensões dos educandos (BRACHT, 1992, p. 66, apud Diretrizes Curriculares Estaduais, 2008, p. 51).

Ou seja, todas as dimensões (procedimentais, conceituais, atitudinais) devem ser trabalhadas conjuntamente, por meio de estratégias pedagógicas adequadas que conduzam a uma perspectiva de desenvolvimento pleno da criança.

Para ilustrar o contexto em que podem ser realizadas práticas pedagógicas em dimensões conceituais e atitudinais, utilizaremos as figuras 10 e 11 que retratam uma aula de Educação Física na escola pesquisada, em que foram tratados, a partir do conceito da Diversidade aspectos das diferenças pessoais e a forma de reagir a tais adversidades. Conforme as DCM (2006, p. 75) um dos objetivos dos conteúdos nas dimensões atitudinais a ser alcançado pelos alunos no Ciclo I é o de interagir, dentro do ambiente escolar, adotando atitudes de respeito, na tentativa de superar inibições e/ou atitudes de preconceito/ discriminação. Observamos através das figuras 10 e 11 que com conceitos básicos, muitas vezes, os professores podem desenvolver estes conteúdos tão ricos e importantes na formação integral do aluno.

Figura 10. Aula de Educação Física realizada dentro da sala de aula. Ensino Fundamental. Atividade: Aula sobre a Diversidade.



Fonte: Acervo da Escola (s/d)

Figura 11. Continuidade da aula de Educação Física fora da sala de aula, utilizando outras dependências da escola. Ensino Fundamental. Atividade: Vivência das Diversidades (simulação de como conduzir um colega com necessidades especiais).



Fonte: Acervo da Escola (s/d)

5.1.3 Possibilidades para a realização de práticas pedagógicas inovadoras e bem sucedidas.

A última categoria de análise nos remete à interpretação das possibilidades relatadas pelos professores, nas entrevistas, quanto à efetivação de práticas pedagógicas inovadoras e bem sucedidas. Para tanto, destacaremos o relato do Professor B que, em um tom otimista, afirma que as possibilidades de se incluir práticas pedagógicas inovadoras existe, e que só depende de uma estruturação para que esta aconteça.

A estruturação da qual se refere está intimamente aliada à colaboração de outras áreas do conhecimento, promovendo uma ação interdisciplinar. Como exemplo, relata: “Experimentamos aos poucos, ideias inovadoras utilizando, por exemplo, os produtos colhidos na horta da escola. Através da interação com as áreas (artes, religião, professora regente) foi realizada a confecção de sanduiches e a venda dos produtos para a comunidade, com a participação efetiva dos alunos, numa ação coletiva. Foi um sucesso!”.

O objetivo principal dessas ações interdisciplinares através da integração das áreas que compõe o espaço escolar é, o de ampliar as referências dos alunos para a apreensão dos conhecimentos transmitidos. A palavra “sucesso” em seu discurso revela o quanto as ações bem sucedidas motivam os alunos e também os professores, promovendo reflexões a respeito de estratégias e possibilidades, às vezes infinitas dentro de uma ação educativa.

E mais, de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais (2008), a proposta da Educação Física é fundamentada na reflexão sobre as necessidades atuais de ensino. Perante os alunos é de fundamental importância considerar os contextos e experiências de diferentes regiões, escolas, professores, alunos e comunidade. Dessa forma, o mesmo documento recomenda: “a interlocução com outras disciplinas que permitam entender a Cultura Corporal em sua complexidade, ou seja, na relação com as múltiplas dimensões da vida humana, tratadas tanto pelas ciências humanas, sociais, da saúde e da natureza”. (PARANÁ, 2008, p. 50)

Exalta, também, a participação do professor de Educação Física no Projeto Político Pedagógico e do seu compromisso, como o de todos os professores com:

[...] o projeto de escolarização ali intuído, sempre em favor da formação humana. [...] tendo como objetivo formar a atitude crítica perante a Cultura

Corporal, exigindo domínio do conhecimento e a possibilidade de sua construção através da escola. (PARANÁ, 2008, p. 50-51)

Com esses aspectos mobilizadores e propulsores de práticas pedagógicas inovadoras, percebemos o quanto é fundamental a reestruturação desses conteúdos, dentro do espaço escolar, ampliando as possibilidades de compreensão e apreensão dos mesmos por parte dos alunos.

Diante desse contexto, as figuras 11, 12 e 13 retratam a ação ocorrida na escola pesquisada, onde a partir de uma iniciativa interdisciplinar (Educação Física, Artes, Professoras Regentes) se deu uma prática pedagógica bem sucedida conforme prescrito nas DCE (2008, p. 72-73) que apontam que,

[...] o conhecimento é construído com o aluno, levando-se em conta o momento político, histórico, econômico e social em que os fatos estão inseridos. Ressaltando que o conhecimento não significa abordar o conteúdo “teórico”, mas, sobretudo, desenvolver uma metodologia que tenha como eixo central a práxis, isto é, proporcionado ao mesmo tempo, a expressão corporal, o aprendizado das técnicas próprias dos conteúdos propostos e a reflexão sobre o movimento, tudo isso seguindo o princípio da complexidade crescente, em que o mesmo conteúdo possa ser abordado no Ensino fundamental e no Médio.

Figura 12. Aula de Educação Física realizada na horta da escola. Ensino Fundamental. Atividade: Plantio de hortaliças.



Fonte: Acervo da Escola (s/d)

Figura 13 e 14. Aula de Educação Física realizada na cozinha da escola. Ensino Fundamental. Atividade: Manipulação e fabricação dos sanduiches.



Fonte: Acervo da Escola (s/d)

Figura 15. Evento realizado na escola com a integração de todos os envolvidos de forma interdisciplinar (professores de Educação Física, de Artes, e Regentes) no espaço escolar com a participação dos alunos e da comunidade. Ensino Fundamental. Atividade: Feira Orgânica.



Fonte: Acervo da Escola (s/d)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigarmos a relação da saúde com as práticas corporais na Educação Física escolar tivemos a princípio que percorrer uma trajetória histórica que apontasse os indícios dessa relação. Com isso, percebemos que as práticas corporais em seu caráter utilitário e guerreiro trouxeram às antigas civilizações a possibilidade de sobrevivência. Contudo, a relação destas práticas com a saúde passa a ser mensurada muito tempo depois, sofrendo influências médicas, terapêuticas e higiênicas.

Durante o percurso da investigação julgou-se necessário uma análise dos documentos oficiais nacionais, estaduais e municipais vigentes, que norteiam as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física da escola pesquisada.

Nesses documentos procuramos analisar a questão de como a saúde é contemplada nos mesmos, verificando que essa questão foi se modificando com o tempo, em função, principalmente, da inclusão de temas da atualidade e adequação às condições políticas, econômicas, sociais e culturais. Haja vista, os temas recomendados nas DCE (2008) em seus elementos articuladores das práticas pedagógicas, cuja finalidade contempla uma construção que supõe uma dimensão histórico-social, considerando a saúde em todas as suas dimensões. Propõe, ainda, considerar elementos constitutivos da saúde como: nutrição, aspectos anatomo-fisiológicos da prática corporal, lesões e primeiros socorros, doping. Nas DCM (2006), o estilo fisicamente ativo e a qualidade de vida vêm como finalidades da disciplina de Educação Física. Nesse trecho descrito no documento, fica clara a diversidade de abordagens existentes e as relações das mesmas com a saúde; ora abordando princípios da cultura corporal de movimento (visão social da saúde), ora defendendo novamente a concepção pedagógica fundamentada na aptidão física (questões orgânicas como única fonte de saúde).

A relação do professor e a importância do PPP para a Educação Física também mereceu destaque entre os documentos analisados valendo destacar os seguintes pontos: a Educação Física escolar como componente curricular obrigatório também é responsável pela formação do cidadão; o professor de Educação Física, como membro do coletivo escolar, deve participar da elaboração deste importante

documento, assumindo a sua responsabilidade política e pedagógica, diante das tarefas a serem desenvolvidas.

O único documento de domínio exclusivo da Escola, o seu PPP (2012), foi analisado segundo os objetivos que regem as aulas de Educação Física. Após a análise concluiu-se que a forma de elaboração deste documento foi precária. O texto revela indícios de pouca reflexão e responsabilidade em sua elaboração, quando de acordo com o Coletivo de Autores o PPP,

[...] representa uma intenção, ação deliberada, estratégia. É político porque expressa uma intervenção em determinada direção e é pedagógico porque realiza uma reflexão sobre a ação dos homens na realidade explicando suas determinações. (COLETIVO de AUTORES, 2012, p. 27)

Ressaltamos, no entanto, que tal atitude desinteressada pode comprometer a qualidade das ações pedagógicas da disciplina de Educação Física, bem como, a sua valorização no contexto e no espaço escolar.

Neste sentido, evidenciou-se a necessidade de se reelaborar o PPP da Educação Física nesta Escola, reforçando a importância que este documento pode ter na relação da disciplina com as outras áreas de atuação, promovendo uma ação conjunta em benefício da comunidade escolar.

Seguindo a trajetória histórica da disciplina Educação Física, no contexto escolar as práticas corporais assumem inicialmente um caráter higienista, que trazia em sua raiz, a saúde do indivíduo como prioridade, com o objetivo de promover a saúde pública. Nesta concepção a relação com a saúde passa a ser prioridade na finalidade das práticas corporais, visando a regeneração da raça (teoria da eugenia) pretendida através do aprimoramento físico. Do caráter higienista, as práticas corporais passam a se caracterizar por um aspecto militarista e pedagogicista como forma de assegurar a saúde dos “fortes”, que por sua vez fortaleceriam o país com o seu trabalho e com as suas conquistas através dos esportes de competição, excluindo, portanto, os “fracos” fisicamente.

Diante desse cenário desolador, e, em busca de estabelecer uma finalidade para a disciplina de Educação Física que atendesse as necessidades básicas de todos os alunos, surgem novas formas de abordagens pedagógicas relacionadas às práticas corporais, que passam a ser desenvolvidas no contexto escolar.

Com isso, resolveu-se analisar as possibilidades e os limites que as práticas pedagógicas da Educação Física podem assumir na perspectiva da promoção da saúde. O caminho partiu do Coletivo de Autores (2012), para os quais a Educação Física escolar deve assumir uma reflexão pedagógica acerca dos conhecimentos de uma área denominada “cultura corporal”, que busca, através do acervo de formas de expressão corporal (ginástica, dança, luta, esportes, e outras), identificá-las como representação simbólica da realidade vivida pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas. O estudo fundamentou-se também em Palma (2011) que considera fundamentais os fatores sociais e ambientais como propulsores de saúde. E, ainda, em Carvalho (2001) que nos traz a compreensão de que o conhecimento e a experiência do homem com a cultura corporal possibilita a ele manifestar-se, expressar-se visando a melhoria da sua saúde.

O estudo culminou com o trabalho de campo. Este oportunizou um “olhar” para as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores de Educação Física, em seus conteúdos e dimensões (procedimental, conceitual, atitudinal).

Nessa perspectiva, a cultura corporal, com todos os seus conteúdos característicos da Educação Física, em nossa opinião, pode tratar a saúde de forma direta, seja recorrendo às práticas pedagógicas, ou discutindo e refletindo com os alunos, incluindo nos conteúdos ministrados, questões relevantes aos conhecimentos em saúde.

Sendo assim, os conceitos de saúde na cultura corporal devem ir além dos aspectos biológicos. A realidade e as necessidades dos alunos, bem como, as interfaces que a saúde pode assumir, são aspectos fundamentais da cultura corporal a serem considerados. Nesse sentido, a situação de moradia, de alimentação, de vulnerabilidade às doenças, de condições culturais, sociais e econômicas devem ser consideradas para que os entendimentos relacionados à saúde através das práticas corporais sejam incorporados na sua integralidade.

Cientes da redução e da parcialidade decorrentes da abordagem realizada, algumas considerações podem ser apontadas em relação ao objetivo proposto: analisar as práticas pedagógicas no contexto da cultura corporal e a sua relação com a saúde.

No espaço escolar em que se realizou o trabalho de campo confirmou-se a presença de três professores de Educação Física, todos graduados na área e com bom tempo de experiência no magistério. Quanto à concepção de saúde, todos concordaram que a mesma depende de condições favoráveis (socioeconômicas) para que ela se estabeleça e que os cuidados pessoais (higiene, alimentação, sono) e o bem estar físico também são fundamentais. Confirmou-se também que a Educação Física pode contribuir para a formação de hábitos promotores de saúde dando-se ênfase para as práticas de higiene pessoal e à abordagem de temas relacionados à dimensão conceitual e atitudinal (prevenção de DSTs, alimentação, principalmente). Portanto, para os professores entrevistados a possibilidade de aprendizagem por parte dos alunos, com relação às práticas corporais como agentes propulsores para os cuidados com o corpo e, para a transformação pessoal e social constitui-se em um objetivo comum almejado por todos eles.

Nas aulas de Educação Física com o Ciclo I, confirmou-se a predominância de abordagem dos conteúdos em sua dimensão procedimental (ginástica, dança, jogos, esportes, brincadeiras) que remetem ao movimento, objeto de estudo da Educação Física, como elemento principal da cultura corporal. Confirmou-se também, que estes professores procuram desenvolver o seu planejamento em função dos eixos norteadores das práticas pedagógicas (ginástica, dança, jogos, luta, esportes), de acordo com o que regem as DCM (2006), distribuídos em trimestres.

Quanto aos conteúdos em suas dimensões conceituais e atitudinais, aplicados para o Ciclo I, confirmou-se que estas abordagens são realizadas por estes professores apenas de forma sucinta e em momentos pontuais. Realizadas de forma modesta essas ações pedagógicas se coadunam com o pensamento de Darido (2001), quando se refere à prática tradicional de valorização dos ensinamentos apenas em uma dimensão procedimental, recomendando incluir:

[...] seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, busca garantir o direito do aluno de saber por que ele está fazendo este ou aquele movimento, isto é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual). (DARIDO, 2001, p. 20)

Para os professores, os fatores que limitam este tipo de abordagem de conteúdos em tais dimensões é a pouca idade dos alunos, o desinteresse de alguns

(que reivindicam a aula com o movimento alegando a necessidade do mesmo) e a frequência das aulas, ressaltando que estas são realizadas somente duas vezes por semana.

Na opinião de um destes professores, o planejamento das práticas pedagógicas aliando a colaboração de outras áreas existentes no espaço escolar, numa ação interdisciplinar, pode contribuir para a realização de ações pedagógicas bem sucedidas e que contemplem as diferentes dimensões pedagógicas. Contudo, tal opinião diverge dos demais professores que alegam que as relações com as outras áreas, nem sempre são simples de serem estabelecidas. Dado este, que na opinião da pesquisadora poderia ser “contornado” na elaboração de um PPP, que cumprisse com as exigências e as recomendações dos documentos oficiais nacionais (LDB, 1996/DCN, 2010), conforme recomenda este documento com relação ao PPP:

[...] É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social. Autonomia pressupõe liberdade e capacidade de decidir a partir de regras relacionais. O exercício da autonomia administrativa e pedagógica da escola pode ser traduzido como a capacidade de governar a si mesmo, por meio de normas próprias.

[...]

A autonomia da escola numa sociedade democrática é, sobretudo, a possibilidade de ter uma compreensão particular das metas da tarefa de *educar e cuidar* [...] (BRASIL, 2010, p. 47, grifos do documento)

[...] O projeto político-pedagógico deve, pois, ser assumido pela comunidade educativa, ao mesmo tempo, como sua força indutora do processo participativo na instituição e como um dos instrumentos de conciliação das diferenças, de busca da construção de responsabilidade compartilhada por todos os membros integrantes da comunidade escolar, sujeitos históricos concretos, situados num cenário geopolítico preenchido por situações cotidianas desafiantes. (BRASIL, 2010, p. 47)

Por fim, após os estudos realizados na Escola, conclui-se que a forma como é concebida e conduzida a disciplina de Educação Física no Ciclo I do Ensino Fundamental corrobora com a abordagem pedagógica da Cultura Corporal, na tentativa de superar os modelos anteriores, ampliando a visão da promoção da saúde pelas práticas corporais.

Justificam e confirmam que, embora as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores de Educação Física desta Escola conservem a tradição da abordagem dos conteúdos nas dimensões procedimentais, os mesmos já

demonstram em algumas ações, embora tímidas, que as possibilidades de abordagens dos temas relacionados à saúde, desenvolvidos nas dimensões conceituais e atitudinais podem ser possíveis, desde que planejadas e adequadas aos alunos. Com essa postura esses professores revelam em seus discursos o empenho em renovar as iniciativas a respeito desta questão, confirmando a hipótese que esses conceitos básicos podem ser transmitidos aos alunos do Ciclo I, apesar dos obstáculos apontados em seus relatos.

Ainda, há que se considerar, que a relação da saúde com a Educação Física não pode se resumir às práticas de atividades corporais. Os temas relacionados à saúde devem ser discutidos à medida das necessidades inerentes ao aluno. Portanto, as práticas pedagógicas devem voltar-se para evidenciar melhorias diretas para os alunos, e os benefícios mais relevantes serem voltados para a população em geral, tendo em vista que os mesmos podem ser capacitados para multiplicar os saberes.

Contudo, é preciso que haja um rompimento dos paradigmas tradicionais da Educação Física relacionados à saúde, dimensionados no individual, e procurar entender o tema como algo que envolve a construção coletiva favorecendo a cidadania. Desse modo, a disciplina de Educação Física deve favorecer a aquisição de noções conceituais, atitudinais e procedimentais de saúde em um sentido mais abrangente, proporcionando a compreensão de hábitos saudáveis.

Resta considerar que este tipo de estudo deve ser realizado em um maior número de escolas futuramente, de modo a confirmar ou refutar a hipótese levantada. De qualquer modo esperamos ter contribuído para a reflexão neste campo de pesquisa educacional.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A POLÍTICA**. São Paulo: Atena Editora, s/d.

BACON, F. *Novum Organum*. São Paulo: Abril Cultura, 1973.

BRASIL. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2010, 562 pp. 47-114 – Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548=d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 31/out/2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais, pp. 21-37, 1997, v. 1 e v 7. Disponível em:<<http://www.portal.mec.gov.br/pet/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>>. Acessado em 31/out/2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acessado em 31/out/2016.

BRASIL. LEI Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1968. Disponível em <<http://www.prolei.inep.gov.br/prolei/>>. Acessado em 31/out/2016.

BRASIL. LEI Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1971. Disponível em: < <http://www.prolei.inep.gov.br/prolei/>> Acessado em 31/out/2016.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70 Ltda. p. 31-46, 1977.

BETTI, M. *Educação Física e sociedade*. Editora Movimento. p. 47-49, 1991.

CARVALHO, Y. M. DE. Atividade física e saúde: onde está e quem é o “sujeito” da relação? Rev. Bras. Cienc. Esporte, v. 22, p. 11-14, 2001. Disponível em: <http://www.revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/download/409/335>

Acessado em: 19/dez/2016.

CASTELLANI FILHO, L. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: Papirus, p. 119-121, 1988.

CHARTIER, R. O mundo como representação. Estudos avançados. vol. 5 n 11. p. 20. São Paulo Jan./Apr. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141991000100010&script=sci_arttext.

Acesso em 3/abr/2017.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. pp. 27-64, São Paulo: Cortez, 2012.

CORRÊA, D. A. Ensinar e aprender educação física na “era Vargas”: lembranças de velhos professores. In: VI EDUCERE - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PUCPR - PRAXIS, 2006, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2006. v. 1. (ISBN 85-7292-166-4). Disponível em: www.ufscar.br/~defmh/spqmh/pdf/vargas.PDF.

Acessado em: 13/jun/2017.

CUNHA, Jr. C. F. F. da. O Processo de Escolarização da Educação Física no Brasil: Reflexões a Partir do Imperial Collegio de Pedro Segundo (1841-1881). p. 60. <http://www.rev.histedbr.art.05_30.pdf> Disponível em: http://www.revista.histedbr.com.br/revista/revista_histedbr_on_line_n30_p59_83_jun2008 - ISSN: 1676-2584. Acessado em: 21/mar/2017.

Colégio Pedro II - História do CP II. Primeiro Estatuto. Disponível em: www.cp2.g12.br/historia_cp2.html. Acessado em 13/jun/2017.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, pp. 6-78, 2006. Disponível em: <<http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/cidadedoconhecimento>>. Acessado em 31/out/2016.

DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do Ensino Secundário. Porto Alegre, Educação, v. 32, n. 2, p. 190, 2009. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.pucrs.br> > Capa > v. 32, n. 2 (2009). Acessado em: 5/mar/2017.

DAOLIO, J. Da Cultura do Corpo. Campinas: Papyrus, p.100, 1995. Disponível em:<http://www.books.google.com.br/books/about/Da_Cultura_Do_Corpo.html?id=8tInXRseLjYC>. Acessado em 29/out/2016.

DARIDO, S. C. Os conteúdos da Educação Física Escolar: Influências, Tendências, Dificuldades e Possibilidades. Perspectivas em Educação Física escolar. Niterói. v. 2, pp. 12-20, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/gef/revista>. Acessado em: 12/fev/2017.

DARIDO, S. C. Educação Física na Escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, pp. 1-17, 2003.

DA VINCI, L. Estudos dos Movimentos dos Músculos e Articulações. 1452/1519.

DEMO, P. Educação e Qualidade. Campinas: Papyrus, 11ª ed., p. 19, 1994. Disponível em: <http://www.books.google.com.br/books/about/Educa%C3%A7%C3%A3o_e_qualidade.html?id=zFZXLj-JbsEC>. Acessado em 31/out/2016.

DELORS, J. et al. Educação: Um tesouro a descobrir. 5 ed. pp. 89-90, São Paulo: Cortez, 2001.

DICIONÁRIO CRÍTICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA. Org. Fernando Jaime González, Paulo Evaldo Fensterseifer. 3 ed. rev. e ampl. p. 16 e 163, Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

FELTRE, V. da. La Giocosa di Mantova. 1407/1458

FERREIRA, H. S., SAMPAIO, J. J. C. O papel da saúde nas tendências e abordagens pedagógicas da Educação Física escolar. 2010. Disponível em: <<http://www.congressos.cbce.org.br/p.wiew/2446/964> Acessado em: 18/dez/2016.

FÈNELON, Educação de Jovens. 1615/1715.

FRANCO, M. A. S. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. p. 605- 608. Disponível em: Educ. Pesqui. [online]. 2015, vol.41, n.3, pp.601-614. ISSN 1517-9702. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201507140384>. Acessado em: 18/dez/2016.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6 ed. p. 100. São Paulo: Atlas, 2010.

GHIRALDELLI JR, P. Educação Física Progressista. São Paulo: Loyola, p. 16, 1998.

HOFFMANN, Movimento Artificial e as Sete Regras da Saúde. 1660/1742.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, p. 39, 1986.

MARINHO, I. P. História Geral da Educação Física. 2 ed. São Paulo: CIA.BRASIL EDITORA, pp. 29-190,1980.

MERCURIALE, G. Da Arte da Ginástica. Venice, 1569.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, p. 21, 1994.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, p. 25-26. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf

MONTAIGNE, M. Ensaio. v. 1. 1580, v. 2. 1588, v. 3. 1595.

NOMA, A. K.; MARTINS, M. L. Educação e neoliberalismo: diálogo com o Relatório Jacques Delors e os PCNs. p. 5. In: IV Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2002, Florianópolis. IV ANPEd-SUL IV Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Florianópolis: UFSC/NUP/CED, 2002. Disponível em: cienciaparaeducacao.org/.../noma-a-k-martins-m-l-educacao-e-neoliberalismo-dialogo... Acessado em: 18/dez/2016.

PALMA, A. Educação Física, Corpo e Saúde: Uma reflexão sobre outros “modos de olhar”. Ver. Bras. Cien. Esporte, v. 22, n. 2, p. 35, 2001. Disponível em: <http://www.revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/410> Acessado em: 18/dez/2016.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Educação Básica Educação Física. pp. 49-73.2008. Disponível em: www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_edf.pdf Acessado em: 10/jan/2017.

PESTALOZZI, Leonardo e Gertrudes. 1780.

PESTALOZZI, Como Gertrudes Educa seus Filhos. 1801.

- PLATÃO. A REPÚBLICA. Rio de Janeiro: Ed. Best Seller, 2002. Tradução Enrico Corvisieri.
- RAMOS, J. J. Os Exercícios Físicos na História e na Arte. São Paulo: IBRASA, pp. 19-298, 1982.
- REBELAIS, F. Gargântua e Pantagruel. 1532/1534.
- RIOS, T.A. Ética e competência. São Paulo: Cortez, 1995.
- ROMANELLI, O. de O. História da Educação no Brasil. 33 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- ROUSSEAU, J. J. Emílio ou da Ginástica. 1767.
- SAVIANI, D. A nova lei da educação: Trajetória, Limites e Perspectivas. Campinas-SP: Ed. Autores Associados, p. 95, 1997.
- STEPHANOU, M; BASTOS, M. H. C. (orgs.) Histórias e Memórias da Educação no Brasil. v. II, 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- TRIVÑOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, p. 146, 1987.
- VASCONCELOS, C. Planejamento Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político e Pedagógico. São Paulo: LIBERTAD, p. 143, 2005.
- VECHIA, A.; LORENZ, K. M. Fernando de Azevedo e a questão da “Raça Brasileira”: sua regeneração pela Educação Física. Cadernos de História da Educação. v. 8, n 1. pp. 63-66. 2009. Disponível em: www.seer.ufu.br > Capa > v. 8, n. 1 (2009) > Vechia. Acessado em: 18/dez/2016.
- VEGGIO, M. A Educação da Criança. 1407/1458.
- VENÂNCIO, L.; DARIDO, S. C. A educação física escolar e o projeto político pedagógico: um processo de construção coletiva a partir da pesquisa-ação. Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.26, n.1, pp. 97-101, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.cev.org.br/biblioteca/periodicos/revista-paulista-educacao-fisica>>. Acessado em 29/out/2016.
- ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artemed, pp. 42-46, 1998.

ZABALA, A. (org.). Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. 2 ed. Porto Alegre: Artemed, p. 107-108, 1999.